

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA POLÍTICA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PENSAMENTO  
POLÍTICO BRASILEIRO**

**O ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO-NAÇÃO NA  
GLOBALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS  
COMPONENTES ECONÔMICOS  
E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS**

**MONOGRAFIA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**JEFERSON MANDRACIO FAGUNDES**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2005**

**O ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO-NAÇÃO NA  
GLOBALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS  
COMPONENTES ECONÔMICOS E SUAS  
IMPLICAÇÕES POLÍTICAS**

**por**

**Jeferson Mandracio Fagundes**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Especialista em Pensamento Político Brasileiro.**

**Orientador: Prof. Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2005**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Departamento de Sociologia Política  
Curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Pós-Graduação

**O ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO-NAÇÃO NA GLOBALIZAÇÃO:  
UMA ANÁLISE DOS COMPONENTES ECONÔMICOS E SUAS  
IMPLICAÇÕES POLÍTICAS**

elaborado por  
**Jeferson Mandracio Fagundes**

como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Especialista em Pensamento Econômico Brasileiro**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira, Dr.**  
(Presidente/Orientador)

**João Rodolpho Amaral Flores, Dr. (UFSM)**

**Maria Catarina Chitolina Zanini, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 30 de junho de 2005.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me dado a oportunidade de continuar estudando e desenvolvendo meus conhecimentos a fim de poder contribuir pela melhoria das condições de vida dos meus semelhantes e da sociedade como um todo.

Agradeço a Gilvane Souza dos Santos, minha amada e valiosa companheira, que teve a imensa compreensão de abrir mão dos momentos de fins de tarde de um casal recém-casado, para dividir com minhas noites de aula. Agradeço por ter me incentivado para não desistir nos momentos difíceis, pelas suas sugestões de português e por ter prestado todo o apoio necessário para a obtenção deste título.

Agradeço aos meus amados pais, por terem me dado a oportunidade primeira, a vida, e por estarem sempre juntos em minhas caminhadas.

Agradeço a meu professor orientador Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira, primeiramente por fazer de suas aulas bons momentos de debate claro, sério e de alto nível, onde mesmo nas noites de frio e cansado, não perdia suas aulas e, em segundo, por ter me concedido o privilégio de ser seu orientando, pois com profundo conhecimento, extrema responsabilidade e talento conduziu-me para o cumprimento dessa tarefa, organizando e sistematizando meus estudos.

## **RESUMO**

Monografia de Pós-Graduação  
Curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro Universidade  
Federal de Santa Maria

### **O ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO-NAÇÃO NA GLOBALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS COMPONENTES ECONÔMICOS E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS**

**AUTOR: JEFERSON MANDRACIO FAGUNDES**

**ORIENTADOR: HOLGONSI SOARES GONÇALVES SIQUEIRA**

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 30 de junho de 2005.

Este estudo faz uma análise a respeito da diminuição e o enfraquecimento do papel do Estado-Nação como agente propulsor de bem-estar econômico e social no cenário da globalização. Essa nova era, da economia de mercado, reorientada política e economicamente pelo neoliberalismo e impulsionada pela modernização tecnológica do capitalismo, veio para dar novo fôlego à economia capitalista que enfrentava uma crise desde a década de setenta e não enfrentava mais a ameaça da Guerra Fria, com o fim do Estado socialista. Com a globalização, houve um “engessamento” nos movimentos e nas aspirações dos Estados Nacionais e, ao passo em que o Estado-Nação diminui, aumentam os movimentos das grandes corporações econômicas através das empresas transnacionais. Outro fator que contribuiu para o efetivo desmonte do agente propulsor de bem-estar econômico e social foi o processo de privatizações, que ocorreu de várias maneiras em diferentes países e mais acentuado e prejudicial nos países subdesenvolvidos. Após alguns anos da implantação dessa nova ordem global de liberação econômica, pode-se verificar que houve muitos avanços como a modernização na área da tecnologia, nos meios de comunicação e informação entre outros, mas, por outro lado, trouxe muitos prejuízos, nas áreas sociais, econômicas, trabalhistas e humanas para muitas pessoas que não são atingidas pelos impactos tecnológicos e que, em grande parte, não têm meios alternativos para a situação em que se encontram.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>2</b>	<b>O ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO-NAÇÃO NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA.....</b>	<b>06</b>
<b>3</b>	<b>A RELAÇÃO ENTRE O FORTALECIMENTO DAS TRANSNACIONAIS E O ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO-NAÇÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>4</b>	<b>O QUE SOBROU DO ESTADO NACIONAL DEPOIS DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÕES.....</b>	<b>32</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>50</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>54</b>

## INTRODUÇÃO

A diminuição e o enfraquecimento do papel do Estado-Nação como agente propulsor de bem-estar econômico e social ocupa o centro dos debates mais polêmicos a respeito da globalização.

Nesse contexto predominado pela ideologia neoliberal, em que o capitalismo se remodela, há uma mudança de paradigmas e toda uma nova conceituação a respeito das questões sociais, cidadania, soberania, hegemonia, autonomia entre tantas outras que passam por alterações frente ao novo Estado-Nação, Estado fraco ou mínimo, como preferem alguns autores.

Chega ao fim uma era reformista de inspiração Keynesiana dando lugar à era global da economia de mercado, reorientada política e economicamente pelo neoliberalismo e impulsionada pela modernização tecnológica do capitalismo.

Essa transformação se deu pelo fato de que a necessidade de expansão das forças produtivas e o conseqüente desenvolvimento econômico, social e político da humanidade já não cabiam nos estreitos limites que lhes impõem as formas de organização e as relações do regime capitalista de produção.

Aliado a esse fato, também teve significativa contribuição a desintegração do Estado socialista, que mantinha um certo equilíbrio nas relações internacionais. No final dos anos 50 e início dos anos 60, iniciou-se a inserção de mecanismos de mercado e, por conseqüência, a redução da planificação ou da ação consciente do homem sobre as forças econômicas. Essas mudanças estruturais culminaram com a queda do muro de Berlim, em 1989.

Há mais de uma década de implantação do processo de globalização - que veio para dar novo fôlego à economia capitalista que enfrentava uma crise desde a década de setenta - o mundo se encontra diante de um cenário de grandes avanços e transformações em muitas áreas como na economia, na tecnologia, na cultura e na informação.

Grandes volumes de capital circulam no mercado financeiro a todo instante e em qualquer lugar do planeta, livres de controle, enfraquecendo a regulação do Estado sobre o tempo e o espaço e consolidando fluxos globais de capital, produtos, serviços, tecnologia, comunicação e informação.

A especulação desenfreada em escala mundial, da qual participam bancos, empresas, fundos de pensão, investidores individuais e a capacidade de instantâneas transferências de recursos de uma praça financeira a outra tornam a crise uma possibilidade permanente.

Dessa maneira, os Estados Nacionais, principalmente em países subdesenvolvidos, estão cada vez mais enfraquecidos, com pouca margem de inserção efetiva nos rumos do desenvolvimento econômico, vulneráveis a crises externas e destituídos de sua função de promover o bem-estar econômico e social, diante das demandas sociais, cada vez mais urgentes e acentuadas pelo próprio processo de globalização.

As relações econômicas são reguladas pelo mercado num mundo sem fronteiras, de reestruturação tecnológica, que afeta tanto as formas de produção, organização e gestão empresarial quanto a própria natureza do Estado e a sua função como instituição reguladora e promotora do bem-estar social e econômico.

As instituições financeiras internacionais manipulam países de todo o mundo, pois com os capitais mundiais globalizados e com o grande volume de recursos que administram, pressionam os governos locais com as ameaças de fuga de capitais voláteis e com relatórios e análises sobre as economias locais o que influencia o mercado financeiro global.

Com a globalização, houve um “engessamento” nos movimentos e nas aspirações dos Estados Nacionais no cenário internacional, onde os objetivos não são mais os objetivos nacionais hierarquicamente definidos como sua autonomia em relação a outros estados ou a sua autonomia ao próprio desenvolvimento econômico e social.

Um dos processos que fundamenta a globalização econômica é a formação de oligopólios transnacionais em importantes setores, que buscavam espaços mais amplos e sem regulamentação de acumulação e uma reestruturação e reorganização da produção com o uso intensivo de novas tecnologias.

Ao passo em que o Estado-Nação diminui, aumentam os movimentos das grandes corporações econômicas através das empresas transnacionais, as quais foram responsáveis por introduzir novas tecnologias à atividade econômica e, ao mesmo tempo, condicionam os Estados Nacionais aos seus interesses.

Outro fator que contribuiu para o efetivo desmonte do agente propulsor de bem-estar econômico e social foi o processo de privatizações, que ocorreu de várias maneiras em diferentes países e mais acentuado e prejudicial nos países subdesenvolvidos.

Nesses países, como o Brasil, por exemplo, onde, segundo o BNDES, se gastou mais para privatizar do que se arrecadou com a venda das estatais, além dessa venda ser financiada com dinheiro público, as conseqüências decorrentes desse processo foram muitas.

Por um lado, houve um aumento das inovações tecnológicas, da produtividade e da competitividade da economia com a modernização através de empresas privatizadas que implantaram melhores padrões de eficiência e também enfraqueceram o corporativismo existente. Por outro, as privatizações resultaram no aumento das vulnerabilidades externas, aumento das dívidas internas e externas do país privatizante, quebra de empresas, aumento do desemprego, piora nos serviços, abuso nos preços das tarifas, perda de fontes geradoras de receita e perda de soberania.

Após alguns anos da implantação dessa nova ordem global de liberação econômica, de avanço das empresas transnacionais, privatizações e revoluções tecnológicas, pode-se verificar que houve muitos avanços como a modernização na área da tecnologia, nos meios de comunicação e informação entre outros, mas, por outro lado, trouxe muitos prejuízos, nas áreas sociais, econômicas, trabalhistas e humanas para muitas pessoas que não são atingidas pelos impactos tecnológicos e que, em grande parte, não têm meios alternativos para a situação em que se encontram.

Diante desse problema, toma espaço a discussão a respeito da intervenção do Estado na promoção do interesse público, nas suas mais diversas áreas e nos vários níveis de intensidade, conciliando a responsabilidade ou dever de conduzir uma economia de mercado estabilizada perante o sistema financeiro internacional com os problemas sociais urgentes de uma sociedade necessitada, que ainda precisam ser resolvidos, principalmente nos países periféricos.

Portanto, faz-se necessário promover várias formas de discussões e pesquisas que abordem essas questões e apontem alternativas exequíveis e soluções práticas que contribuam para a recondução da intervenção estatal nos rumos do desenvolvimento sustentável, na resolução dos problemas sociais e dos problemas da era global como um todo.

É preciso buscar alternativas que venham contemplar e resgatar dívidas sociais, contribuindo para o crescimento da cidadania dos indivíduos e para a manutenção e o fortalecimento de um Estado democrático e eficiente que mantenha relação, mas seja autônomo perante os mercados financeiros internacionais, podendo determinar, além de suas políticas sociais, sua política econômica de acordo com as necessidades e características de cada país sem a “punição dos mercados”.

Frente a essas idéias gerais, este estudo tem como problema central a seguinte questão: como os componentes econômicos enfraquecem o Estado-Nação e quais suas implicações políticas no atual cenário da globalização?

Este estudo tem o objetivo geral de avaliar os componentes econômicos e suas implicações políticas no enfraquecimento do Estado-Nação na globalização e qual a margem de operação e de intervenção estatal na economia e no social num Estado desregulamentado e desnacionalizado.

Os objetivos específicos desta pesquisa são analisar os aspectos econômicos do enfraquecimento do Estado-Nação na globalização, relacionar o fortalecimento das transnacionais com o enfraquecimento do Estado e evidenciar o encolhimento e a perda de autonomia do Estado-Nação depois do processo de privatizações.

Esta monografia é um estudo de cunho teórico, em que através da interpretação de conceitos e de estudos de alguns autores sobre o assunto, procurei definir os aspectos econômicos do enfraquecimento do Estado-Nação na globalização<sup>1</sup>, demonstrar suas implicações na vida dos cidadãos e apontar quais as possibilidades para a retomada na intervenção estatal nos rumos do desenvolvimento.

No embasamento teórico deste estudo, selecionei os economistas Aluizio Biondi e Reinaldo Gonçalves para demonstrar, através de dados e números, os componentes econômicos do enfraquecimento do Estado-Nação e, para fundamentar as implicações políticas desse processo, os sociólogos Boaventura Souza dos Santos e Manuel Castells.

No primeiro capítulo deste estudo, faço uma abordagem da formação do Estado-Nação, sua evolução e os componentes econômicos que propiciaram o enfraquecimento do mesmo na globalização.

A intensa relação que o processo de enfraquecimento do Estado-Nação tem com os movimentos e as estratégias adotadas pelas empresas transnacionais dos países ricos apresentarei no segundo capítulo, mostrando essas ações como resposta ao acirramento da competitividade numa economia de recessão no mundo globalizado.

Não se trata de uma análise que se restringe apenas a posicionar as empresas transnacionais como carrascos impiedosos de suas vítimas, os países pobres e nem tampouco como a melhor ou única alternativa para o desenvolvimento dos mesmos.

---

<sup>1</sup> Ao analisar o enfraquecimento do Estado-Nação na globalização, destaco que entendo a mesma como um processo de múltiplas faces (econômica, política, social, cultural, humana, etc.), que se configurou a partir da década de oitenta. Afirimo isto com base nos autores selecionados como embasamento teórico desse trabalho.

Abordo no terceiro capítulo, um dos pontos mais delicados das políticas globalizantes e, ao mesmo tempo, desnacionalizantes, que foram implementados de diversas maneiras com diferentes resultados para as economias nacionais que foram as privatizações. Nesse capítulo destaco os casos da Argentina e do México, mas aprofundo um pouco mais a respeito do processo de privatizações brasileiro da década de noventa, por entender ser o mais questionável e o que mais danos resultou.

## **O ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO-NAÇÃO NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA**

A intervenção do Estado na promoção do bem-estar econômico e social, bem como sua soberania e todas as premissas, que durante longo período da história foram inerentes à ação estatal, sofreram várias mudanças e enfrentam, hoje, a mais drástica e intensa transformação em seus paradigmas.

O Estado Nacional se estruturou inicialmente na Europa a partir do final da Idade Média. Este Estado, em sua concepção, deriva-se da revolução burguesa e surgiu em oposição à hierarquia feudal existente com o objetivo de delimitar um território para a acumulação do capital, gerando instituições e formas culturais apropriadas, surgidas com o apoio popular.

Essa estrutura estava constituída para atender aos interesses dos grupos sociais dominantes, com o estabelecimento da Nação, tendo o seu território controlado pelo Estado. Com a representação desigual dos interesses sociais, culturais e econômicos, as instituições nacionais foram fragilizadas, originando as crises institucionais que ocorriam quando as classes subjugadas se mobilizavam.

A delimitação territorial tem um “posto” de observação e um ângulo de posicionamento muito especial: a Nação, afirma Weber<sup>2</sup> e, para ele, o Estado Nacional não representa algo indefinido, mas a organização mundana do poder nacional.

Com o passar dos anos, os fatores econômicos como a transformação da sociedade agrária em industrial acabaram constituindo o Estado assistencial ou o Estado do bem-estar, que era um sistema econômico baseado na livre empresa, mas com significativa participação do Estado na promoção de benefícios sociais.

Seu desenvolvimento foi considerado, por vários estudiosos, como uma quebra da separação entre a sociedade (esfera privada ou mercado) e o Estado (esfera pública ou política), num sistema bipolar de alocação de recursos onde, além do mercado, também agia o Estado.

O Estado, através de seus instrumentos políticos, passa a proporcionar os meios de acesso, trabalho, renda, expectativas - não mais determinados pelo mercado - com o objetivo de proporcionar ao conjunto de cidadãos padrões de vida mínimos, desenvolver a produção de

---

<sup>2</sup> DREIFUSS, R. A. Política, poder, estado e força: uma leitura de Weber, Petrópolis, RJ: Vozes, 1993, p. 68.

bens e serviços sociais, controlar os ciclos econômicos e ajustar a produção, dessa maneira, prevenindo conflitos, estabilizando o sistema e legitimando o Estado.

Como ressalta Weber<sup>3</sup>, o Estado é tanto organizador como própria organização de dominação, o espaço universal de interesses e particularidades e seu mediador geral.

A ação estatal, resultante das pressões das classes populares ou subalternas, e os conflitos no interior das classes dominantes e entre as burguesias para repartir os espaços de dominação ou imperiais impuseram limites temporários à dinâmica do capital, que resultaram em direitos sociais e econômicos, na construção de um patrimônio público e na ampliação da democracia.

Nesse espaço, principalmente desde o fim da Segunda Guerra Mundial, iniciaram-se vários projetos nacionais de desenvolvimento econômico, a maioria projetos de desenvolvimento capitalista, em que foram contemplados os desenvolvimentos da industrialização, da urbanização, a democratização do sistema de ensino, entre outras reformas.

Com a economia estruturada sob a ação do poder público, muitos avanços foram conquistados conforme salienta BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (2002): o aumento da cota do produto nacional bruto com a despesa pública, ampliaram-se as estruturas administrativas voltadas para os serviços sociais e se tornaram mais complexas, foram aperfeiçoadas as técnicas de descobertas e avaliação das necessidades sociais entre outras.

Mas, como demonstrado em várias teses<sup>4</sup>, à medida que há desenvolvimento econômico de uma nação, há também aumento na parcela do produto nacional bruto usada para fins sociais.

Verificou-se, em vários países da Europa e nos Estados Unidos, no final da década de 60, que as despesas governamentais aumentavam mais rapidamente que as receitas, gerando a crise fiscal do Estado e, à medida que o déficit público aumentava, trazia, por conseqüência, a instabilidade econômica, social e política afetando as possibilidades de atuação estatal.

Como salientam os escritos de BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (2002), não há mais equilíbrio na relação de bem-estar entre Estado e sociedade, mas sim uma crise em que um dos pólos será eliminado. A crise fiscal do Estado indica incompatibilidade entre as duas funções do Estado assistencial que eram fortalecer o social das organizações de massa e o apoio à acumulação capitalista com o emprego anticonjuntural da despesa pública.

---

<sup>3</sup> Ibid., p. 90.

<sup>4</sup> Teses como, por exemplo, a de Wilensky (1975) e antes dele Aaron e Cutright. (BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política. Brasília: Ed. UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 418).

Aliado a esses, outros fatores contribuíram para a crise fiscal do Estado e, por consequência, à crise do Estado nacional, entre eles a sonegação fiscal praticada pelo setor privado que se apropria indevidamente de significativa parcela da receita da União; os grandes lucros do sistema financeiro com a dívida pública que se multiplica com as altas taxas de juros tornando o Estado cada vez mais refém desse sistema; o superfaturamento das obras públicas, dos serviços e dos bens fornecidos pelo governo, que, em alguns, casos chegou a 100% e a famosa burocracia que, muitas vezes, emperra o setor público em suas iniciativas.

Mas, o determinante da nova era global foi a crise da economia capitalista e mais especificamente na sua economia mais poderosa, a dos Estados Unidos, que rompeu unilateralmente, em 1971, os acordos firmados de Bretton Woods<sup>5</sup> em 1944 - que criou instrumentos de regulação internacional com a Ordem Econômica Internacional do pós-guerra - que hegemonizou os EUA com a criação do dólar como dinheiro mundial, o que lhe conferiu o benefício da senhoriagem<sup>6</sup> e havia dado um fôlego à economia capitalista.

A crise retornou de maneira violenta no início dos anos 70 e, como salienta SOUZA, N.A. (1995), tinha, em sua raiz, a perda do papel de vanguarda tecnológica da economia norte-americana, que sustentava a força do dólar através de uma maior produtividade do trabalho<sup>7</sup> dos EUA, que se traduzia numa maior competitividade internacional de suas mercadorias, gerando superávits em sua balança comercial, captando, dessa maneira, recursos de outros países, os quais serviam de lastro que sustentava a paridade e a livre conversibilidade do dólar.

A partir da década de sessenta, os EUA passaram a perder em produtividade do trabalho e em competitividade para o Japão e a Alemanha devido ao esgotamento de suas tecnologias, pois os monopólios não buscavam a conquista ou a manutenção de mercados através de avanços tecnológicos e sim em práticas de dumping<sup>8</sup>, utilização de fontes de matérias-primas baratas, redução de salários, formação de mercados cativos, entre outras.

---

<sup>5</sup> O sistema Bretton Woods exigiu o estabelecimento do Fundo Monetário Internacional (FMI) com os objetivos de zelar para que as nações seguissem um conjunto estipulado de regras de conduta no comércio e finanças internacionais e prover facilidades de empréstimos a nações que se encontrassem temporariamente em dificuldades com relação à balança de pagamentos.

<sup>6</sup> Em termos históricos a senhoriagem consistia no conjunto de obrigações e deveres que o vassalo medieval devia a seu suserano ou senhor.

Com relação à emissão de moeda, a senhoriagem é a receita obtida por aqueles que tem o poder de emitir, decorrente da diferença entre o valor de face da moeda e o seu custo de produção, que inclui o valor do metal correspondente (ouro, prata, bronze, etc.) e o trabalho de cunhagem propriamente dito.

<sup>7</sup> A produtividade do trabalho é a relação ou o quociente da produção pelo tempo do trabalho em que foi obtida.

<sup>8</sup> O dumping que significa a venda de produtos a preços mais baixos que os custos, com a finalidade de eliminar concorrentes e conquistar fatias maiores de mercado, no mercado externo era facilitado com subsídios governamentais para incremento nas exportações.

Os EUA quase sempre foram um dos países que mais investiram em desenvolvimento de pesquisas tecnológicas, mas nem sempre as aplicavam, pois era muito oneroso mudar toda uma estrutura produtiva já instalada por outra, e esse alto custo levaria muitos anos para ter um retorno de seu investimento, o que não compensaria em termos da lucratividade. Já a Alemanha e o Japão tiveram suas Nações arrasadas durante a Segunda Guerra Mundial, e a reconstrução desses países se deu com estruturas produtivas mais avançadas tecnologicamente que os EUA.

No período de 1960 a 1976 (segundo dados do Relatório sobre Economia Mundial da ONU)<sup>9</sup>, a produtividade do trabalho nos EUA cresceu apenas 57%, enquanto no Japão cresceu 289% e na então Alemanha Federal cresceu 145%, o que resultou em perdas no comércio internacional para os produtos mais baratos do Japão e da Alemanha, desaparecendo os superávits comerciais necessários à captação de recursos dos outros países, mantendo o persistente déficit no balanço de pagamentos<sup>10</sup> o que acarretou na perda de confiança da moeda norte-americana e inviabilizou a manutenção da paridade do dólar.

Em 15 de agosto de 1971, o presidente Nixon decretou o fim da paridade e da conversibilidade do dólar, pois não havia como sustentá-la sem reservas, as quais tinham sido transferidas para o Japão e para a Alemanha através de seus superávits comerciais. Com isso, a participação dos EUA no total mundial das reservas estrangeiras e de ouro que era 43% em 1953 passou para 8,3% em 1970. Ao mesmo tempo, a Comunidade Econômica Européia liderada pela Alemanha aumentou de 11,5% para 37%, e a do Japão aumentou de 1,5% para 11,2%.<sup>11</sup>

Havia também uma insuficiência de demanda agregada<sup>12</sup> interna nas economias capitalistas desenvolvidas, onde o crescimento de seus mercados domésticos era significativamente menor e a taxa média de lucro nesses países teve uma queda dramática. Segundo dados do Banco Mundial,<sup>13</sup> a taxa média de lucro dos EUA baixou de 20%, em 1947-69, para 12,4%, em 1970-83.

Essas crises, desde então, vieram se propagando sem uma solução exequível, sem uma política econômica de âmbito mundial para superá-las e sem instrumentos globais de

---

<sup>9</sup> SOUZA, N. A. O Colapso do neoliberalismo, São Paulo: Global, 1995, p. 39.

<sup>10</sup> O déficit da balança de pagamentos dos EUA era também resultante do aumento de investimento externo direto, fase de expansão das empresas transnacionais, o que aumentavam os gastos externos da nação norte-americana.

<sup>11</sup> SOUZA, N. A. O Colapso do neoliberalismo, São Paulo: Global, 1995, p. 40.

<sup>12</sup> A demanda agregada corresponde à quantidade de bens ou serviços que a totalidade dos consumidores deseja e está disposta a adquirir em determinado período de tempo por determinado preço.

<sup>13</sup> SOUZA, N. A. O Colapso do neoliberalismo, São Paulo: Global, 1995.

intervenção econômica e, em 1974/75, a crise atingiu as economias mais desenvolvidas. Os EUA passaram a “enxugar” os capitais excedentes pelo mundo através de juros altos, com títulos rentáveis da dívida do governo norte-americano e com o aumento dos custos das dívidas externas dos países em desenvolvimento, o que acarretou estagnação das economias desses países na década de oitenta.

Com o dilema da necessidade de um instrumento de regulação econômica de âmbito mundial – gerado pela crescente integração econômica em escala global – mas impossibilitado dentro do sistema capitalista pela ação dos monopólios que sobrevivem controlando mercados cativos, a saída estava em o mercado desempenhar a função da regulação internacional.

Para GONÇALVES, R. (1999), a globalização foi uma estratégia de reação à insuficiência de demanda agregada nos países capitalistas maduros, e essa insuficiência se constitui no mais importante determinante desse processo naquele final de século.

Essa nova era mundial foi estrategicamente planejada como uma saída à economia capitalista que, desde os anos 70, vinha amargurando baixas taxas de crescimento econômico e havia também uma forte estagnação dos monopólios dos países centrais que passaram a necessitar de novos mercados e da internacionalização da produção.

Nessa busca por novos horizontes econômicos, fazia-se necessário diminuir as fronteiras de Estados Nacionais, flexibilizando-os, tornando-os, muitas vezes, principalmente os países menos desenvolvidos, meros consumidores de produtos industriais e em fontes de matéria-prima e mão-de-obra barata.

Tal estratégia foi facilitada a partir da queda do muro de Berlim, em 1989, que não oferecia mais o perigo da Guerra Fria, e essa desintegração do Estado socialista foi um componente político decisivo que acabou unificando o mercado mundial num patamar superior ao existente antes da primeira grande guerra, com os governos agindo sob forte influência de organismos internacionais como FMI, Banco Mundial - BIRD e Organização Mundial do Comércio - OMC.

O Estado socialista começou a transformar sua estrutura e mudar os rumos que o conduziram ao comunismo, após a morte de Joseph Stalin e do enorme esforço para reconstruir a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, depois da Segunda Guerra Mundial, que destruiu metade de sua economia e matou mais de 20 milhões de soviéticos.

Sob a liderança de Nikita Krushev, no final dos anos 50 e início dos anos 60, iniciou-se a inserção de mecanismos de mercado e, por consequência, a redução da planificação ou da

ação consciente do homem sobre as forças econômicas. Essa mudança estrutural era expressa por medidas como:

Aumento da autonomia das cooperativas, através da desarticulação das Estações, Máquinas e Tratores e conseqüente venda dos equipamentos para as cooperativas; aumento da autonomia de gestão de cada empresa; intensificação dos incentivos individuais em detrimento aos incentivos coletivos; fortalecimento da autonomia dos dirigentes das empresas em detrimento do papel dos coletivos de trabalhadores, ou seja, substituição da gestão coletiva pela gestão individual; maior poder de decisão para cada empresa em detrimento dos organismos centrais de planejamento; intensificação das relações comerciais e financeiras com o mundo capitalista. (SOUZA, N. A. 1995, p. 32).

O resultado dessas medidas foi o afastamento dos trabalhadores do processo de elaboração do plano, além de diminuir o papel deste. Com isso, reduziu-se a ação consciente da coletividade fundada nas decisões das bases e cresceu o papel do mercado e dos burocratas na regulação econômica. Também resultou que, ao intensificar as relações com o mercado mundial capitalista, as economias socialistas acabaram se subordinando a lógica deste que, por sinal, é dominado pelos trustes e cartéis sujeitos a crises cíclicas ou mais duradouras, como as estruturais.

O resultado foi imediato. Logo após a implantação dessas medidas, o ritmo de expansão da produção total, que em 1960 cresceu 7%, em 1963 caiu para 3%. A produção agrícola que crescera 7% ao ano no quinquênio 1954/59, cresceu apenas 1,5% no quinquênio seguinte. O produto per capita que aumentara 33% no quinquênio 1966/70, foi decrescendo e no quinquênio 1981/85 cresceu apenas 11%.<sup>14</sup>

Destaco que, com a revitalização da ação do mercado na regulação interna, ocorrido através da integração das economias soviéticas no mercado capitalista mundial, ampliaram-se as exportações dos países socialistas, o que fez com que estes fossem dependentes dessas exportações, ficando vulneráveis a choques externos.

Em alguns casos, como na Polônia, as exportações chegaram a 40%<sup>15</sup> de seu produto nacional e sua dívida externa era maior do mundo, na década de oitenta, em termos relativos<sup>16</sup>. Na URSS, o comércio exterior multiplicou-se por cinco, e em 1986 suas exportações representavam 12% de sua produção nacional – índice alto para uma economia socialista se comparados ao Brasil, EUA e Japão que era em torno de 8%.<sup>17</sup>

---

<sup>14</sup> Ibid., p. 33.

<sup>15</sup> Ibid., p. 34.

<sup>16</sup> Em termos relativos, significa dizer, que a dívida externa polonesa, era a maior do mundo se comparada ao seu produto nacional.

<sup>17</sup> SOUZA, N. A. O Colapso do neoliberalismo, São Paulo: Global, 1995, p. 34.

O agravamento da crise da economia capitalista, nos anos setenta, acabou atingindo, também, os países socialistas que tinham se integrado ao mercado, e tinham, portanto, amadurecido as bases internas para tais crises, através do livre desenvolvimento das forças produtivas rumo ao consumismo, diminuindo consideravelmente o ritmo do crescimento econômico.

Por fim, na segunda metade da década de oitenta, a URSS entrou em crise e Mikhail Gorbatchev implementou uma série de medidas que ampliou o espaço interno para a ação do mercado e tirou o caráter diretivo dos organismos superiores de planejamento. Destacam-se entre essas, medidas como: plena independência dos dirigentes das empresas para disporem dos rendimentos destas; regulação da atividade empresarial pelo comportamento do lucro e não por metas globais e sociais de produção; autonomia contábil das empresas; autonomia das empresas para escolher seus fornecedores; reestruturação do sistema de crédito, levando os bancos a operarem de acordo com a lucratividade das aplicações financeiras e não mais conforme as necessidades gerais do desenvolvimento; o estabelecimento do trabalho privado, ressurgindo novos capitalistas.

Estas medidas resultaram na desintegração do Estado socialista, eliminando a ameaça da Guerra Fria, unificando o mercado mundial e dando espaço ao avanço capitalista impulsionado pela modernização e pela revolução da tecnologia e da informação, hegemonizado pela ideologia neoliberal.

O “Consenso de Washington”,<sup>18</sup> que é o sustentáculo do processo de globalização, foi um conjunto de propostas elaborado em meados da década de oitenta pelos Estados hegemônicos do sistema mundial que abrangia desde o futuro da economia mundial às políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia.

Destaco que esse consenso buscava uma ideologia positiva, legitimando o sistema e que também justificasse a nova ação dos monopólios pelo planeta, atendendo às necessidades do capitalismo moderno.

SANTOS, B. S. (2002), destaca os principais traços dessa nova economia mundial que são: economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global, processos de produção flexíveis e multilocais, revolução nas tecnologias de informação e comunicação, desregulamentação das economias nacionais, preeminências das agências

---

<sup>18</sup> Esse nome se deu por ser um consenso hegemônico realizado em Washington, que prescreveu e conferiu à globalização as suas características dominantes e as legitimou como as únicas possíveis e adequadas dentro de uma gama de interesses conflitantes entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos por outro. (SANTOS, B. S. (Org.) A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortes, 2002, p. 27).

financeiras multilaterais. Ele também resume as implicações dessas transformações para as políticas econômicas nacionais que são traduzidas pelas seguintes exigências: as economias nacionais devem abrir-se ao mercado mundial, e os preços domésticos devem adequar-se aos preços internacionais; deve ser dada prioridade à economia de exportação; as políticas monetárias e fiscais devem ser orientadas para a redução de inflação e da dívida pública; o setor empresarial do Estado deve ser privatizado; a tomada de decisão privada, apoiada por preços estáveis, deve ditar os padrões nacionais de especialização; deve-se garantir a mobilidade de recursos, de investimentos e dos lucros; a regulação estatal deve ser mínima; deve reduzir-se o peso das políticas sociais no orçamento do Estado, reduzindo o montante das transferências sociais, eliminando sua universalidade.

A todas essas exigências, esses ajustes estruturais, principalmente os países periféricos tiveram que se submeter como condição para renegociarem suas dívidas externas com as agências financeiras multilaterais, pois, só depois que as economias fossem liberalizadas, o capital global entraria nesses países, e estes, não por acaso, estavam com as suas economias deterioradas após a primeira etapa de globalização financeira na década de oitenta<sup>19</sup>.

GONÇALVES, R. (1999), ressalta que a liberdade de escolha, diante de opções políticas e ideológicas mais liberalizantes parece ter desempenhado um papel coadjuvante no processo de liberalização, tendo em vista a força avassaladora e a gravidade da realidade econômica, bem como a própria incapacidade das elites nacionais de definirem projetos alternativos de ajuste e de desenvolvimento.

As agências multilaterais coordenaram o processo, FMI e Banco Mundial impuseram as regras determinando as políticas econômicas e os gastos públicos com o objetivo de disciplinar os governos de vários países, especialmente dos países periféricos dentro da economia capitalista, principalmente após a década de 80, contando com governantes representando interesses internacionais.

Essa pressão política teve, na gestão de Clinton, o maior empenho, pressionando diretamente os governos do mundo inteiro e instruindo o FMI para implantar essa estratégia de maneira mais rígida possível e, segundo CASTELLS, M. (1999), a meta era a unificação de todas as economias ao redor de um conjunto de regras homogêneas do jogo, para que o capital, os bens e os serviços pudessem fluir para dentro e para fora, conforme os critérios de mercado.

---

<sup>19</sup> Nesta etapa aumentaram os empréstimos a países com suas economias em crise; aumentaram-se os fluxos financeiros sem controle; e aumentaram a crise das dívidas que estrangulavam as economias nacionais.

Entendo que as metas fiscais impostas pelo FMI tornam quase insignificativa a ação estatal no combate às desigualdades sociais, pois um aumento dos investimentos nas áreas sociais que venham comprometer os superávits exigidos, ou descumprir os acordos firmados, resultará na fuga de capitais e diminuirá a credibilidade dos “investidores globais”.

Por esse aspecto, concordo com SANTOS, B. S. (2002), quando diz que o Estado-Nação parece ter perdido a sua centralidade tradicional como unidade privilegiada de iniciativa econômica, social e política, e também com CASTELLS, M. (1999), ao afirmar que o controle do Estado sobre o tempo e o espaço vem sendo sobrepujado pelos fluxos globais de capital, produtos, serviços, tecnologia, comunicação e informação.

Assim sendo, os estados acionais, que, por quase todo o século passado, tinham como um dos seus principais objetivos a promoção do bem-estar social e econômico da nação e eram um instrumento de defesa desta, foram se enfraquecendo à medida que avançava o processo de globalização ou de transnacionalização, reduzindo a proteção externa de suas economias, adaptando-as com as economias mundiais e diminuindo a sua capacidade de controlar os fluxos de pessoas, bens e capital.

Na visão de BAUMAN, Z. (1999), os pés do “tripé da soberania”, como ele chama, foram quebrados sem esperança de conserto. A auto-suficiência militar, econômica e cultural do Estado deixou de ser uma perspectiva viável. E isso, segundo esse autor, para preservar sua capacidade de policiar a lei e a ordem, os Estados buscaram alianças e entregaram voluntariamente pedaços cada vez maiores da sua soberania.

Saliento que os mercados financeiros desempenharam papel importante nesse processo, estimulado pelos desenvolvimentos tecnológicos<sup>20</sup> e pela desregulamentação do sistema bancário pelos países centrais, principalmente pelos EUA no governo Reagan, que tentava, dessa maneira, atrair capitais para estancar o processo de desvalorização do dólar e amenizar a difícil situação de permanentes déficits na balança de pagamento dos EUA.

O capital necessitava expandir além dos limites dos mercados de capitais dos países desenvolvidos e fugir das regulamentações nacionais do mercado financeiro, para com isso se proteger da instabilidade monetária e cambial resultante das crises e do fim da paridade do dólar em relação ao ouro em 1971. A estratégia era diversificar seus recursos, dispersando-os geograficamente.

---

<sup>20</sup> O desenvolvimento tecnológico associado à revolução da informática e das telecomunicações reduziu drasticamente os custos operacionais e os custos de transação em escala global, tornando as operações financeiras mais baratas, pois se reduziram os custos de coleta de informações e de monitoramento dos mercados de capitais.

Os grupos transnacionais, através de suas próprias instituições financeiras, passaram a atuar diretamente no sistema financeiro internacional e, com o desenvolvimento do mercado de euromoedas nos anos 60 e 70, começou se configurar o atual sistema financeiro internacional.

Por outro lado, o crescimento dos fluxos de capital de origem criminosa<sup>21</sup> também foi um fator relevante e desestabilizante, pois esses fluxos necessitam ser processados com maior mobilidade e flexibilidade que qualquer outro, para com isso impedir o rastreamento de seu giro constante pelas autoridades competentes.

Outro fator importante é que, na tentativa de retomada do crescimento econômico através do aumento dos gastos públicos em armamento pelo governo Reagan e aumento do crédito, houve um crescente endividamento público e privado que resultou na emissão de títulos – particularmente os públicos – para financiar essas dívidas, e esses títulos são a base do mercado financeiro global.

Também tiveram significativa “contribuição” os empréstimos contraídos pelos governos que superam, muitas vezes, as reservas monetárias dos bancos centrais, colocando vários países em condições de extrema dependência externa.

Com isso, o controle estatal, através de políticas monetárias, políticas de crédito e fluxos financeiros, passou a ser enfraquecido, pois com as economias nacionais inter-relacionadas, créditos sem critérios, aumento da concorrência desenfreada no sistema econômico mundial, e, dado ao grande volume de capital envolvido, os movimentos especulativos e o potencial destrutivo do capital têm conseguido condicionar até as políticas econômicas dos países ricos.

Com o avanço da globalização econômica, as estabilidades cambiais e monetárias são essenciais para garantir o volume de investimentos e o livre fluxo de capitais (de curto prazo) e mercadorias, além da arbitragem internacional das taxas de juros das quais o capital financeiro internacional se beneficia ganhando com as diferentes alíquotas.

Mas a globalização do mercado financeiro trouxe ao sistema grande grau de instabilidade e alguns setores capitalistas que clamam por uma nova regulamentação, pois a especulação desenfreada em escala mundial, da qual participam bancos, empresas, fundos de pensão, investidores individuais e a capacidade de instantâneas transferências de recursos de uma praça financeira a outra tornam a crise uma possibilidade permanente.

---

<sup>21</sup> Através da lavagem de dinheiro, o capital oriundo do crime esta diretamente conectada aos mercados globais e segundo a Conferência da ONU sobre Economia do Crime em escala global (1994), o total de recursos provenientes de fontes ilegais e lavados no sistema financeiro global gira em torno de US\$ 750 bilhões.

Essas tensões e vulnerabilidades externas<sup>22</sup> impõem às nações uma trajetória de instabilidade e crise e enfraquecem as estruturas econômicas a ponto de um país que desfruta de uma relativa estabilidade do sistema econômico internacional se vê refém das expectativas desfavoráveis quanto à manutenção de sua trajetória a longo prazo.

A vulnerabilidade externa será maior quanto menor for o poder de defesa de um país contra esses ataques, ou seja, quanto menores forem as alternativas de políticas de ajustes e quanto maior for o custo do processo de ajuste. Desse modo, são sempre mais vulneráveis aqueles países subdesenvolvidos, e a volatilidade dos fluxos econômicos internacionais se reflete nas economias nacionais, em mudanças drásticas, na quantidade e no preço do capital externo e das mercadorias.

Esse custo negativo da resistência à vulnerabilidade externa se traduz em políticas de estabilização macroeconômica contracionistas, reorientando e reduzindo o nível dos gastos, através dos mecanismos tradicionais das políticas monetárias, fiscais e cambiais que afetam os volumes de produção, da renda, dos gastos e preços relativos.

Através da política monetária, os bancos centrais modernos tentam controlar (vendendo e comprando títulos da dívida pública no mercado aberto) a oferta e demanda de moeda e, por conseguinte, a taxa de juros.

Por esse instrumento, aumenta-se a taxa de juros básica, para reduzir os preços dos títulos e remunerar alto as taxas de retorno nesses investimentos, fazendo com que o governo venda esses títulos retirando moeda da economia para reduzir a inflação, o que acarreta em estagnação da economia, gerando desemprego.

Através de uma política fiscal contracionista, o governo aumenta os impostos, diminuindo a renda disponível das pessoas, reduzindo o consumo, as vendas, o nível de produção e os novos investimentos no curto prazo.

Também poderão ser adotadas medidas como a centralização do câmbio, que são medidas de controle direto sobre as contas externas em situações extremas, quando as nações são levadas, muitas vezes, à moratória da dívida externa.

Mas o movimento dos fluxos financeiros internacionais cria uma instabilidade nos sistemas monetários nacionais, afetando a oferta de moeda, o nível de preços e as taxas de juros internas, pois é através delas que os governos conseguem uma margem de arbitragem,

---

<sup>22</sup> As vulnerabilidades externas significam a pouca capacidade de resistência a pressões, a fatores desestabilizadores e choques externos.

estabilizando os fluxos. Com o aumento das taxas de juros internas, ocorrem crescentes déficits nas contas públicas, e o endividamento interno torna-se quase incontrolável.

Outra característica é que há, nesse contexto, uma predominância do capital financeiro sobre o capital produtivo e um crescimento cada vez maior do mercado financeiro com relação ao crescimento do comércio global, onde as grandes corporações planejam suas produções, seus investimentos, o rumo de suas empresas, conforme o impacto que isso irá causar no mercado de ações.

Os fluxos de capitais aumentaram drasticamente em relação às taxas de exportação. As transações financeiras intercambiais puramente especulativas alcançam um volume diário que ultrapassa os US\$ 1,3 bilhões, superando em cinquenta vezes os volumes de trocas comerciais e diariamente se equivalem à soma das reservas dos “bancos centrais” do mundo, segundo BAUMAN, Z. (1999), e, no ano, superam em mais de dez vezes o valor do PIB global, afirma (CASTELLS, M. 1999). Isso tudo facilitado com a integração dos circuitos financeiros em âmbito internacional, sob o comando do capital financeiro dos países centrais e com a contribuição dos governos locais que emitem títulos públicos a uma taxa de juros atrativa ao capital externo, especulativo e de curto prazo, pois, desse modo, financiam suas contas.

BAUMAN, Z. (1999), afirma que vivemos num mundo em que o capital não tem domicílio fixo, e os fluxos financeiros estão bem além do controle dos governos nacionais e que muitas das alavancas da política econômica não mais funcionam.

Outra característica desse processo é que com a diminuição do poder de ação estatal no mundo globalizado aumentou drasticamente a diferença entre os países pobres e ricos e também entre os pobres e os ricos de cada país. Alguns autores afirmam que não há globalização efetivamente, pois, à medida que se abrem as fronteiras econômicas pelo mundo, se reforçam as fronteiras econômicas dos países hegemônicos ou centrais, e o comércio internacional ocorre em situações desiguais, entre países com condições sócio-econômicas e culturais diferentes.

É a globalização da pobreza, afirma SANTOS B. S. (2002), e ela também resulta do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>23</sup> e dados do Banco Mundial, a maior parte dos países em desenvolvimento apresenta taxas de desemprego e subemprego elevadas que podem chegar até 35% da força de trabalho, ou seja, 1 bilhão de

---

<sup>23</sup> Disponível em <<http://www.ilo.org/>>

desempregados e 75% da humanidade vivendo abaixo da linha da pobreza, isto é, com uma renda inferior a US\$ 370,00 por ano ou menos de US\$ 2,00 por dia.

Em 1960, os 20% mais ricos da população mundial tinham sua renda maior em 30 vezes aos 20% mais pobres. Já em 1990, a proporção atingiu 60 para 1 e, em 1997, alcançou a distância de 74 para 1. Esse fato evidencia a necessidade de se beneficiar dos avanços conseguidos com a globalização e repensar o Estado-Nação para encontrar a solução para o problema da pobreza mundial.

Em decorrência disso, houve nos últimos anos, um aumento em escala mundial da violência, dos crimes, degradação da qualidade de vida do trabalhador, pobreza e aumento das favelas, áreas irregulares sendo ocupadas, depredação do meio ambiente, etc.

Na medida em que o Estado Nacional já não é mais o único sustentáculo dos sistemas econômicos, este se encontra com um elevado grau de exposição e vulnerabilidade, submetido a tensões de diferentes lógicas de funcionamento que movem os mercados globais.

Outro fato é que o contexto internacional exerce uma forte influência no campo da regulação jurídica da economia, no sentido da uniformização e da normalização. Concordo com SANTOS, B. S. (2002), quando salienta que a criação de requisitos normativos e institucionais para as operações de desenvolvimento do modelo neoliberal envolve, por isso, uma destruição institucional e normativa de tal modo massiva que afeta, muito para além, o papel do Estado na economia, a legitimidade global do Estado para organizar a sociedade.

Com a transnacionalização da regulação estatal na economia e suas várias políticas, como a de estabilização macroeconômica e de ajuste estrutural, exigiram-se mudanças legais e institucionais em grande porte, pois elas surgiram após um longo período de intervenção estatal na economia e no campo social, por isso essa diminuição do Estado é obtida através da forte intervenção estatal.

Como escreve SANTOS, B. S. (2002), desregular implica uma intensa ação regulatória do Estado para pôr fim à regulação estatal anterior.

Destaco que, mesmo restando pouca margem de ação ao encolhido Estado-nação, após toda essa etapa de desregulamentação da economia, privatização de empresas rentáveis e estratégicas ao desenvolvimento social e econômico, é preciso pensar em alternativas para o Estado, ou, como afirma GIDDENS, A. (2000) é preciso reafirmar e reinventar o governo diante do mercado.

Apesar de toda essa conjuntura delicada e quase inflexível, após passar por várias mudanças políticas, econômicas, culturais, entre outras, faz-se necessário pensar alternativas

que possibilitem a reversão no papel do Estado para além de construir um orçamento equilibrado, sem sofrer a punição dos mercados mundiais, que, em fração de segundos, podem quebrar com pessoas, empresas e nações em qualquer parte do mundo.

Entendo que o Estado deve buscar a possibilidade de regular o mercado e neutralizar os efeitos desestabilizadores do ciclo econômico, e essa busca do Estado do bem-estar não pode deixar de ser um objetivo futuro, uma utopia a ser alcançada pelos governantes.

É preciso adotar uma política fiscal progressiva que onere mais quem mais dispõe ou concentra renda e riqueza, combatendo a sonegação existente, de maneira que viabilize a execução de programas de moradia, saúde, educação, previdência social e política de geração de emprego e renda.

Nesse contexto, é imprescindível o fortalecimento dos blocos periféricos para conseguir maior equidade ou se contrapor aos blocos hegemônicos nessas esferas econômicas globais, procurando a eficiência das administrações públicas, desburocratizando-as e aumentando os mecanismos de transparência destas e os mecanismos de controle popular.

Acredito que também pode ser providente, principalmente aos países periféricos, criar vantagens comparativas<sup>24</sup> especiais como alternativa e compensando o atraso na industrialização desses países, gerando poupança interna, combatendo o endividamento.

É preciso se desvencilhar das armadilhas da ortodoxia do mercado financeiro internacional – que, para manter a especulação financeira em escala mundial, destrói com a economia de vários países - e do conservadorismo político e reestruturar, revitalizar a soberania nacional, redimensionando a globalização com novos limites em função do interesse social.

Toda modernização, toda transformação do mundo econômico não tem somente o seu lado ruim ou bom, mas cabe aos governantes avaliar pragmaticamente, do ponto de vista do bem-estar econômico e social, e buscar o que lhe é mais vantajoso.

---

<sup>24</sup> Em 1817, David Ricardo publicou: *Princípios de Economia Política e Tributação*. Essa uma das mais sólidas leis da economia que é a Lei das Vantagens Comparativas. Essas vantagens são criadas quando uma nação se especializa em produzir e exportar as *commoditys* que na qual a sua desvantagem absoluta seja menor com relação a outras nações e importar as *commoditys* que a sua desvantagem absoluta seja maior. RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*, São Paulo: Nova Cultural, 1996. [Os Economistas].

## **A RELAÇÃO ENTRE O FORTALECIMENTO DAS TRANSNACIONAIS E O ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO-NAÇÃO**

O processo de enfraquecimento do Estado-Nação está intensamente relacionado com os interesses, com os movimentos e com as estratégias adotados pelos grandes conglomerados econômicos e as empresas transnacionais dos países ricos, como saída à crise da economia capitalista que se propagava desde a década de setenta em ciclos recessivos e longos.

Conforme definição convencional, as empresas transnacionais são empresas de grande porte, que possuem ativos em pelo menos dois países e têm um certo dinamismo tecnológico. São as grandes corporações transnacionais, empresas indiferentes às nacionalidades que possuem, controlam, ou administram operações em diversos países.

Essas empresas surgiram no final do século XIX – na forma de empresas multinacionais<sup>25</sup> - quando o capitalismo superou a fase tipicamente concorrencial e evoluiu para a formação de monopólios, truste e cartel, sempre na busca do lucro máximo.

Com a própria concorrência, os capitais mais débeis eram “engolidos” pelos mais fortes, que dispunham de maiores massas de lucro para ter um crescimento mais rápido e eram os primeiros a se beneficiar de novas tecnologias, reduzindo custos e aumentando ainda mais a taxa de lucro.

As empresas multinacionais configuravam o cenário internacional, mas, com a transformação organizacional e com a produção global de bens e serviços, essas empresas foram se transformando. Deixaram de ser somente empresas exportadoras com filiais de comercialização, empresas importadoras e empresas primárias<sup>26</sup> avançando para o deslocamento da produção, explorando o mercado local e distribuindo os produtos naquele mercado interno<sup>27</sup>, ou também no mercado externo, conforme o interesse da matriz.

A produção passou a ser realizada por redes de empresas transnacionais e redes de pequenas e médias empresas, espalhadas pelo mundo de maneira desigual, onde cada empresa tenta se posicionar de maneira estratégica nessas redes a ponto de ganhar vantagem competitiva para a sua posição relativa.

---

<sup>25</sup> As empresas multinacionais são uma estrutura básica do capitalismo dominante dos países altamente industrializados, são detentoras do poder oriundo da riqueza e da tecnologia e se caracterizam por desenvolver uma estratégia internacional a partir de uma base nacional, sob a coordenação de uma direção centralizada.

<sup>26</sup> Primeira forma de internacionalização da produção que forneciam matérias-primas, energia e gênero alimentícios às economias industriais.

<sup>27</sup> Há predominância pelas empresas transnacionais a orientar seus investimentos para servir o mercado do país receptor e em menor escala o mercado regional.

Robert Reich<sup>28</sup> define como “rede global” o processo produtivo que incorpora componentes produzidos em vários locais diferentes, por diferentes empresas e montados para atingir finalidades e mercados específicos em uma nova forma de produção e comercialização: produção em grande volume, flexível e sob encomenda.

Dessa maneira, essas empresas se transnacionalizaram para reduzir as incertezas quanto a operações no mercado internacional, causadas por variações nos preços internacionais, clientes distantes e desconhecidos e mercados imperfeitos, buscando uma vantagem competitiva de uma rede global de produção e distribuição.

É sobre uma base mundial que passam a ser integradas a produção e a circulação de mercadorias, com a transferência de setores de países desenvolvidos para países subdesenvolvidos na busca de ganhos em economia de escala<sup>29</sup> dos produtos onde a demanda é crescente.

A ação das empresas transnacionais, aliadas aos fluxos de investimentos externos diretos<sup>30</sup> - IED - intensificou-se após a Segunda Guerra Mundial e teve forte expansão na década de 60, numa política que buscava grandes lucros e parar o avanço comunista na Europa.

Entendo que essa intensiva alterou de maneira significativa as relações entre os centros hegemônicos do capitalismo e a periferia do sistema, numa nova dinâmica do sistema econômico mundial, facilitado pelos avanços nos meios de transportes, nas comunicações<sup>31</sup>.

Outro fator decisivo foi o fim da Guerra Fria, pois as nações que tinham seu planejamento centralizado pelo Estado tornaram-se espaços do mercado mundial, onde as grandes corporações e empresas transnacionais predominavam nesse processo de intensificação do desenvolvimento capitalista.

A substituição de exportações pela produção direta no exterior tinha como objetivo obter rendimentos mais elevados, deter tecnologias, patentes de seu interesse, obter o controle de uma matéria-prima necessária a um menor custo assegurando sua manutenção ininterrupta.

---

<sup>28</sup> In: CASTELLS, M. A sociedade em rede vol. 1, São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 163.

<sup>29</sup> Economia de escala é produção de bens em larga escala com o objetivo de reduzir custos e manter a concentração monopolista, eliminando a concorrência.

<sup>30</sup> Seguindo a definição convencional, o investimento externo direto, refere-se ao investimento que é feito com o propósito de adquirir uma participação acionária numa empresa operando numa economia que não é aquela de origem da empresa. GONÇALVES, R. Ô abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial, RJ: Relume-Dumará, 1994, p 63.

<sup>31</sup> Linhas telefônicas internacionais e transmissão internacional de dados, o que permitiu que as matrizes das corporações transnacionais exercessem um controle direto sobre as operações de suas subsidiárias sobre o mundo.

Também era mais vantajoso buscar um novo mercado para um produto padrão do que investir na mudança da matriz produtiva e reestruturar a distribuição para inserir um novo produto.

SALVATORE, D. (2000), destaca outras possíveis razões para a ação dos investimentos externos diretos tais como as possibilidades de entrar em um mercado oligopolista externo e, assim, compartilhar os seus lucros, adquirir uma empresa estrangeira promissora para evitar a sua concorrência futura e a possível perda de mercados de exportação e, quando os lucros previstos para os investimentos adicionais na sua indústria são mais elevados no exterior.

A transnacionalização da produção também se justificou pela existência de fatores determinantes como as disparidades nacionais, em que as empresas ganham com custos relativos inferiores<sup>32</sup>; pela política de concorrência mundial pela fatia do mercado; os custos de produção inferiores em alguns países, com relação a salários.<sup>33</sup>

Foi-se intensificando a formação de mega-empresas transnacionais em setores-chaves como automobilismo, farmacêutico, aeronáutico, telecomunicações, informática nos anos 70 e 80 com uma série de fusões, incorporações, associações e também porque os oligopólios de setores-chaves mantiveram restrito o acesso à entrada de novas empresas a essas redes, pois isso requeria muitos recursos financeiros e tecnológicos.

Essas empresas contaram com apoio do crédito bancário e com o Estado, através do governo, sempre representando os interesses desses grupos no cenário internacional, pois era nos Estados Nacionais que ocorria a maioria das práticas transnacionais.

Essas empresas transformaram-se em empresas globais<sup>34</sup> – empresas que não possuem mais nacionalidade, apesar da maioria ter sua sede nos países desenvolvidos - e em empresas financeiras<sup>35</sup>, onde a matriz centraliza as atividades não produtivas da empresa, como o planejamento estratégico e a central financeira que administra suas participações financeiras, sua carteira de patentes e licença.

Assim também é montada uma rede internacional de fornecedores de peças, componentes e empresas responsáveis pela montagem do produto final e isso traz, como consequência, a diminuição da capacidade de os governos assegurarem, em seu próprio território, a base produtiva para geração de receita.

---

<sup>32</sup> Custos não ligados à produção como o de transportes, barreiras protecionistas às importações, existência de zonas monetárias, financeiras e fiscais diferenciadas e informações precárias nos países subdesenvolvidos.

<sup>33</sup> Neste caso, o ganho com os custos de salários se dava com organização do trabalho e com as técnicas de produção de certa forma homogênea, que igualavam a produtividade do trabalho em áreas geográficas diferentes.

<sup>34</sup> Empresas que são filiais especializadas num determinado ciclo de uma produção, vendas, pesquisa e investimentos planejados mundialmente com seus interesses espalhados pelo mundo.

<sup>35</sup> Neste caso as filiais cabem a produção e a gestão descentralizada por linha de produto e a matriz tem seus rendimentos a partir dos dividendos, juros e royalties provenientes das atividades industriais no exterior.

Com o aumento da concorrência mundial, as empresas transnacionais também se orientam para fortalecer suas posições no mercado de origem e investem também no seu próprio país para se defenderem da concorrência interna das empresas transnacionais estrangeiras, mas a estratégia que predomina é a global, ou geocêntricas - como define a literatura – em detrimento das policêntricas<sup>36</sup> e locais.

Para GONÇALVES, R. (1994), essas estratégias globais estão associadas a um processo de especialização de plantas e a uma segmentação internacional do processo produtivo realizado pelas empresas transnacionais, com o objetivo de reduzir custos e ter maior competitividade.

Saliento que as estruturas organizacionais foram se transformando com o progresso tecnológico e com seu uso intensivo, com a reestruturação e reorganização da produção que teve seus custos operacionais e custos de transação reduzidos em escala global.

Os custos com coletas de informações, com o monitoramento de mercado de capitais e de controle de operações produtivas globais proporcionaram um crescimento das empresas transnacionais, o que resultou em uma maior superacumulação do capital, concentração de poder e aumento da concorrência mundial.

As empresas transnacionais são, ao mesmo tempo, causa e consequência do processo de concentração e centralização do capital, com origem nos países capitalistas desenvolvidos, pois, desde os anos 80, mais de 90% dos IED provêm desses países. (GONÇALVES, R. 1999, p 140).

As transnacionais americanas destacam-se na arena internacional e predominam as atividades produtivas estratégicas, embora haja uma diminuição nesse predomínio que era de 50% na década de 60 para 25% nos anos 90<sup>37</sup>.

Destaco também que as empresas transnacionais são o principal agente privado de inovação tecnológica, têm um relevante papel no comércio internacional e realizam quase todos os fluxos de investimento externo direto no mundo. Por isso entendo que a saída para a crise de lucratividade que as empresas capitalistas enfrentavam na década de 70 era tornar as empresas mais eficientes do que econômicas, abolindo o modelo “produção enxuta”,<sup>38</sup> para operar na economia global com uso de novas tecnologias, onde as informações adequadas a todo tempo em qualquer lugar do planeta são cruciais.

---

<sup>36</sup> Esta estratégia é mais típica no caso das multinacionais, pois é orientada para um número limitado de mercados-chaves ou pólos de expansão.

<sup>37</sup> A maioria dos IED está concentrada nas economias desenvolvida além dos EUA como Japão, Inglaterra, Alemanha, França, Holanda, Suécia e Suíça. CASTELLS, M. (1999).

<sup>38</sup> O modelo de “produção enxuta” ou “enxuto e perverso” para alguns, baseava-se unicamente na economia da mão-de-obra, combinando automação, controle computadorizado dos trabalhadores, terceirização do trabalho e redução da produção. CASTELLS, M. A sociedade em rede vol. 1, São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 221.

Acredito, também, que os problemas logísticos das empresas transnacionais que operavam fora de seus países exigiram essa revolução na tecnologia da informação, que reduziu distâncias e trouxe enormes benefícios para o progresso humano, apesar dessa modernização estar, muitas vezes, a serviço dos interesses de quem a controla<sup>39</sup> e não da maioria da população do mundo.

As empresas transnacionais têm um papel importante no comércio de bens e serviços onde a produção dessas empresas ultrapassa os 25% da produção mundial e cerca de um terço dos produtos industrializados é comercializado entre as empresas matriz e as filiais.

De acordo com SALVATORES, D. (2000), algumas transnacionais como a Exxon, a General Motors faturam anualmente dezenas de bilhões de dólares que ultrapassam a renda nacional de várias nações e, de acordo com Banco Mundial, muitas das maiores companhias transnacionais têm investimentos e saldos anuais que ultrapassam e muito o Produto Nacional Bruto - PNB – de quase a metade dos países do mundo.

Isso possibilita a expansão da acumulação de capital e demonstra a força das transnacionais na economia internacional, numa relação desigual entre as grandes corporações das grandes potências e os países periféricos.

Esses conglomerados foram beneficiados com uma certa padronização nos hábitos de consumo, implantados pela globalização e com o surgimento de um mercado mundial de produção de bens, de serviços e de utilização de mão-de-obra que resultou na ampliação das oportunidades de mercado e no poderio econômico, político e militar dos países industrializados.

Essas potências invadem os Estados Nacionais com investimentos diretos, substituindo os investimentos governamentais, criando novas bases empresariais e absorvendo patrimônios locais existentes, atuando livremente a toda forma de controle.

SOUZA, N.A. (1995), afirma que quanto mais avança a concentração e a centralização do capital, mais cresce a parcela da produção que circula no interior da mesma estrutura empresarial e menor é o espaço para a economia mercantil. O autor segue ainda e diz que, na verdade, são os monopólios – industriais, comerciais e bancários - que ditam as regras do mercado, são eles que alocam os recursos segundo seu planejamento estratégico.

As empresas transnacionais também exercem controle da mídia, distribuem as suas mensagens numa grande escala, criando necessidades de compras, disseminando e afirmando

---

<sup>39</sup> Devido aos avanços tecnológicos, competição internacional e a redução nos preços na produção e consumo de eletrônicos, o controle sobre o processamento de dados e telecomunicações é exercido pelas empresas transnacionais dos EUA, Japão e Europa, que estabeleceram estratégias globais de dominação.

suas culturas, políticas e interesses, resultando num desenvolvimento dependente de padrões sociais e culturais inadequados aos países de terceiro mundo.

O sistema capitalista propaga uma cultura e uma ideologia do consumismo integrado através da manipulação das necessidades de consumo já existentes e da criação de novas necessidades. A criação destas novas necessidades de consumo pelas transnacionais tende a ser fortuita ou arbitrária, mas estruturada em termos de uma visão hegemônica de mundo. (SKLAIR, L. 1995, p.98)

As maiores empresas são as que mais investem em propaganda – principalmente nos países subdesenvolvidos – pois, com o apelo feito através da mídia, o consumidor é levado a pagar mais caro por um produto semelhante ao de outras menores empresas que não possuem condições de investir em marketing, portanto, não possuem uma marca conhecida ou famosa.

Influenciando as relações econômicas globais, as empresas transnacionais provocam alterações, com conseqüências boas e ruins, tanto nas nações de origem quanto nas nações de destino do investimento externo direto, interferindo na autonomia e no poder dos Estados Nacionais.

Uma das práticas das quais as transnacionais se beneficiam é da isenção de impostos ou obtenção de impostos menores nos países em que se instalam, o que resulta numa apropriação de parcela da receita da união pelas empresas transnacionais ao não repassarem aos cofres públicos os tributos que arrecadam dos contribuintes<sup>40</sup>, aumentando a margem de lucro em detrimento da estagnação da economia.

Saliento que, com a internacionalização dos fluxos de capital, a balança de pagamentos (que mede os rendimentos totais e gastos totais de um país com relação ao resto do mundo) dos países investidores e dos países captadores sofre alterações.

Afirmo que, com a realização de investimentos externos, os gastos externos do país investidor aumentam gerando déficit na balança de pagamentos<sup>41</sup> e superávit na balança de pagamentos do país captador. Afirmo, também, que a transnacionalização da produção compromete a capacidade da nação captadora de conduzir de maneira autônoma a sua política econômica, pois as empresas transnacionais exercem forte influência política sobre os governos de acordo com os seus interesses, diminuindo o poder decisório destes.

As empresas transnacionais, muitas vezes, determinam os gastos públicos dos governos dos países hospedeiros naqueles serviços necessários, por exemplo, ao setor de exportação, de

---

<sup>40</sup> Ao comprar um produto, o consumidor paga também por aquele imposto pelo qual a empresa possui renúncia fiscal. Esse valor arrecadado do contribuinte não é repassado aos cofres públicos, ficando somente de usufruto da empresa.

<sup>41</sup> Fator que teve significativa importância na crise gerada pelos crescentes déficits na balança de pagamentos do EUA na década de 60, resultando em restrições aos investimentos externos do EUA dos anos 1965 a 1974.

domínio estrangeiro que produz lucros em moedas fortes e expectativa de atrair novas empresas.

Com a formação de espaços globais de produção paralela à ampliação do comércio mundial, os Estados Nacionais perdem o poder de realmente controlar suas economias através de políticas monetárias, fiscais e creditícias. A garantia do Estado do poder de monopólio da força como a sustentação de sua legitimidade parece estar à mercê das elites internas e externas, sejam elas tradicionais ou modernizadoras.

Tendo o acesso facilitado ao mercado financeiro internacional, as empresas transnacionais driblam as políticas monetárias domésticas, dificultando o controle do governo sobre sua economia.

Saliento que, com a exportação de tecnologias, se pode estabelecer uma ameaça à liderança e à superioridade tecnológica da nação investidora e, ao se transferir uma base de produção para um país com menores impostos, diminui-se a arrecadação e deteriora-se a base tributária do país de origem. Também os termos de troca passam a ser afetados com os investimentos externos, devido ao impacto causado na produção e no volume do comércio.

Se, por um lado, a empresa estrangeira ameaça ou desconstitui a indústria local, por outro, estimula-a à competição, à inovação tecnológica e até a criação de novas firmas para fazer frente a novas linhas de produtos estrangeiros.

Afirmo que essa transferência técnica não acontece por completo, pois os treinamentos aos trabalhadores hospedeiros são feitos em alguns setores de produção ou de gerência, assim, o monopólio da informação e do poder é mantido com o país de origem.

SALVADORES, D. (2000), demonstra que, com os investimentos externos diretos, o rendimento médio do capital aumenta, enquanto o rendimento total e médio da mão-de-obra diminui no país investidor, havendo uma redistribuição da renda doméstica da mão-de-obra para o capital.

Com a transnacionalização da produção, os salários domésticos tendem a diminuir, pois há uma perda de empregos para países com salários mais baixos e mão-de-obra menos qualificada, dentro das estratégias de redução de custos das empresas transnacionais.

Nas últimas décadas, com a redução de trabalhos manufatureiros, em países de altos salários como EUA e Reino Unido, obrigaram-se muitos trabalhadores a procurar empregos de remuneração inferior, menos seguros e até a ficar em permanente desemprego, como no caso dos trabalhadores mais velhos das indústrias tradicionais.

Mas entendo que os problemas gerados pelas transnacionais nos países em que se instalam são ainda piores, pois em vários países elas dominam a economia doméstica. Isso se demonstra de várias maneiras: desde campanhas publicitárias em larga escala de produtos como Coca-Cola, calças jeans, entre outros sobre as preferências dos consumidores nacionais até um direcionamento nas exportações das filiais conforme o interesse da matriz<sup>42</sup>.

Outro problema causado pelas transnacionais é o escoamento de recursos para pesquisa e desenvolvimento para a nação de origem, pois esta dispõe de pessoal qualificado e infraestrutura, mantendo a nação em que se instala tecnologicamente dependente ou retardando o seu desenvolvimento tecnológico.

Tem se confirmado um alto grau de concentração dos gastos em pesquisa e desenvolvimento nos países desenvolvidos e também a manutenção das atividades centrais de pesquisa e desenvolvimento nos laboratórios dos países de origem das transnacionais.

Essas empresas absorvem, em grande medida, as poupanças locais, os recursos humanos qualificados, impedindo que se aplique nas empresas domésticas que são mais importantes para o crescimento e o desenvolvimento econômico dos países, principalmente dos países subdesenvolvidos.

Por ter acesso privilegiado ao mercado financeiro internacional, com relação as empresas domésticas criam-se vantagens competitivas para financiar grandes projetos, adquirir empresas locais, além de filtrar informações pelo mundo, tendo assim, uma posição mais favorável para a análise de mercado, comércio e custos comparativos.

Também há a exploração excessiva dos recursos naturais, degradando o meio ambiente, além de usarem técnicas de produção intensamente robotizadas, inadequadas aos países abundantes em mão-de-obra.

A maior e mais eficaz oposição ao sistema capitalista é o Movimento Verde, pois ele se fundamenta na tese de preservação do planeta, ao contrário da crença capitalista que acredita que os recursos do planeta são virtualmente infinitos e que estes serão repostos pelo sistema à medida que forem utilizados.

A organização política é quase sempre livre, mas obstáculos estruturais para uma genuína oposição ao sistema capitalista são tantos que raramente há algum desafio sério para ele. (SKLAIR, L. 1995, p.56)

Penso que a adesão a esse movimento passa a ser uma forte ameaça quando há qualquer pressão pelo não consumo de recursos não renováveis.

---

<sup>42</sup> Ex: Poderá haver resistência de uma afiliada em exportar para uma nação hostil à nação de origem.

Entendo também, que a busca do lucro máximo pode ser uma barreira ao desenvolvimento das forças produtivas, pois a divisão mundial da força de trabalho evoluiu para maximizar os lucros das corporações transnacionais.

Com os avanços tecnológicos e por disporem de grande acumulação de capital, essas empresas implementam, cada vez mais, tecnologias poupadoras de trabalho e equipamentos, aplicando em ativos financeiros – que têm retorno mais altos – esses ganhos de produtividade ou eficiência, que poderiam expandir os investimentos produtivos e criar novos postos de trabalhos.

A capacidade de negociação de diferentes categorias de assalariados foi anulada. Os partidos políticos, os sindicatos e os movimentos sociais ficam numa posição desvantajosa, pois as corporações de mídia que atuam num mercado bem concentrado e competitivo e as grandes corporações transnacionais que gastam valores bem superiores<sup>43</sup> ao das forças sociais e atenuam as graves conseqüências desse processo.

A regulamentação estatal dos direitos dos trabalhadores está enfraquecida. O contrato entre o Estado e o cidadão, juridicamente comprovado, é a carteira profissional, que está cada vez mais em extinção e até os Estados mais ricos têm dificuldades em preservar.

A tão almejada emancipação da classe trabalhadora cada vez mais desaparece e se fortalece a regulação, além do fato de que a ofensiva neoliberal tem se esforçado não somente à redução do número de trabalhadores, mas para destituí-los do estatuto jurídico de trabalhadores.

Outro fato preocupante é a exploração, por empresas transnacionais, de trabalho infantil, de extensas jornadas de trabalho com reduzida remuneração e há casos de situação de dependência de pessoas e de famílias a grandes empresas.

Acredito que, o direito à cidadania não pode ser encarado como uma questão de caridade pública ou privada, mas sim um objetivo dos Estados Nacionais na era global, sem aquele formato paternalista estatizante.

Mas ressalvo que a criação de empregos nos países hospedeiros é sempre vista como benefícios, principalmente, pelos trabalhadores desses países, apesar dos custos que incidem nesses postos de trabalhos, principalmente de incentivos fiscais e apoio na infra-estrutura por parte dos governos.

---

<sup>43</sup> Um exemplo é a proporção de gastos no início da década de setenta entre os ambientalistas, que gastavam juntos em torno de US\$ 500.000 por ano, em contrapartida os US\$ 3 bilhões das corporações do mesmo tema. SKLAIR, L. Sociologia do sistema global, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

As possibilidades de crescimento profissional, as vantagens e os benefícios que, muitas vezes, são oferecidos por essas empresas são um atrativo a mais ao trabalhador do país hospedeiro e são, também, uma estratégia de identificação do trabalhador com a empresa.

Mas há uma forte pressão pelas empresas transnacionais em manter baixos salários, pois, assim, atraem-se novos investimentos estrangeiros e esta política tem sido responsável, em grande medida, pela eliminação dos direitos trabalhistas e dos sindicatos pelo mundo, principalmente nas zonas de processamento para exportação.

Os postos de trabalhos gerados por essas empresas teriam um impacto mais qualitativo e significativo se fossem criados para aqueles cargos de alto escalão e altos salários, além de dar treinamento aos jovens do local ao invés de contratar aqueles já treinados e que trabalham em empresas domésticas.

A necessidade de abertura de uma fábrica estrangeira demonstra a deficiência da economia hospedeira e também poderá implicar a não abertura de uma fábrica doméstica.

Em termos mais dramáticos, a gradação das indústrias domésticas reflete o sucesso da classe capitalista transnacional em arrastá-las para a economia global e assim transformá-las, mesmo que num sentido mínimo, em indústrias transnacionais. (SKLAIR, L. 1995, p.83)

As indústrias estrangeiras tendem a superar a indústria doméstica em exportação, na maioria dos países de terceiro mundo e até alguns países de primeiro mundo, além de importarem a maioria dos insumos utilizados na produção.

Pelo fato de esses insumos não estarem sendo comprados no local, há uma redução no valor local agregado, o que seria uma prerrogativa para o investimento externo.

Com o agravamento do desemprego e conseqüente destruição da massa salarial, se estreitam os mercados, levando ao acirramento das disputas entre os monopólios das grandes potências e às tentativas de destruir a indústria dos países menos desenvolvidos, criando monopólios em setores estratégicos e, através do envio dos lucros, as suas sedes (empresas matriz) agravam a situação das contas externas.

O FMI, Banco Mundial, Bolsa de Valores são agentes dos grupos transnacionais e dos países desenvolvidos, são detentores do poder mundial e determinam o espaço e a função do Estado, elaborando parâmetros rigorosos fundados nos princípios do mercado e na liberdade econômica.

Essas instituições e essas empresas pressionaram os Estados Nacionais inaugurando uma fase de reformas políticas, econômicas e sócio-culturais, nas quais os projetos modernizadores só se implementam com o próprio Estado organizando, através da burocracia

local, o processo de produção e a força de trabalho para atender às demandas das companhias transnacionais.

Destaco que o Estado se encontra quase sem meios de controlar as transnacionais, e os capitais financeiros especulativos fazem do Estado um refém distanciado de suas demandas sociais.

Outro fator agravante é relação existente entre as máfias, as transnacionais e os governos, o que torna o crime em escala global altamente lucrativo.

As grandes organizações criminosas não podem assegurar a lavagem e a reciclagem dos fabulosos lucros extraídos de suas atividades a não ser com a cumplicidade do mundo dos negócios e o “laisser-faire” do poder político. (BRIE, C. 2000 p.1)

Essa relação ocorre através dos financiamentos ilegais da política, pela corrupção de governos, em que toda uma estrutura do Estado até as mais altas esferas do poder está comprometida, quase não havendo instituições nacionais seguras ao livre exercício da cidadania.

A lavagem de dinheiro oriundo do crime corre no sistema financeiro global e foi facilitada com a liberação dos movimentos de capitais, com a “virtualização” das transações financeiras e com as áreas de paraísos fiscais.

Esses fatores combinados com a revolução tecnológica fazem com que a lavagem de dinheiro oriunda do crime fuja a qualquer tipo de controle e fiscalização nacional ou internacional.

O produto mundial bruto do crime organizado<sup>44</sup> (tráfico de drogas, pirataria de informática, falsificação, tráfico de animais, etc.) ultrapassa largamente 1 trilhão de dólares anuais, quase 20% do comércio mundial.

Toda essa exuberante cifra precisa ser escoada, reciclada e aplicada no sistema financeiro legal e, para tanto, conta com o apoio dessas instituições e com as empresas transnacionais, as quais farão seus investimentos e garantirão bons lucros nos principais pólos industriais e comerciais do mundo.

Algumas regras poderiam ser estabelecidas para regulamentar os investimentos externos e minimizar os efeitos negativos causados, como o Canadá que impõe tarifas mais elevadas às empresas estrangeiras com participação nacional inferior a 25% segundo GONÇALVES, R (1999).

---

<sup>44</sup> BRIE, C. Paraísos fiscais uma parceria insólita: onde as máfias, transnacionais e os governos se encontram, Le Monde Diplomatique, Edição Brasileira – abril 2000 – ano 1, nº3.

A Índia determina em que setores são permitidos os investimentos externos e estabelece regras para atuação dessas empresas.

Algumas nações em desenvolvimento, além de estabelecerem regras para a transferência de tecnologia, impõem limites à importação de insumos e à remessa de lucros, permitem apenas empresas com participação societária local.

Nos anos 70, quase todas as maiores agências internacionais econômicas e comerciais deram recomendações sobre como regular as atividades das empresas transnacionais, ao reconhecer que, mais do que os países ricos onde se encontrava a maior parte do IED, os países mais pobres precisavam de proteção<sup>45</sup>.

Foi criada uma comissão para Corporações Transnacionais e um centro de pesquisa na ONU que tinham por objetivo tentar conciliar os interesses dessas corporações e os das comunidades, tão desejosas de seus investimentos, pois, em muitos países, as empresas transnacionais vêm suprir as deficiências das economias locais.

Mas a questão é de que maneira regular a ação das transnacionais sem sofrer a punição dos mercados e ver-se reduzir fluxo de investimentos externos diretos neste país? Afinal, vive-se numa era em que parece que o que resta aos Estados Nacionais – principalmente dos países em desenvolvimento – é uma boa e comportada inserção na economia de mercado no mundo globalizado.

---

<sup>45</sup> SKLAIR, L. Sociologia do sistema global, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

## O QUE SOBROU DO ESTADO NACIONAL DEPOIS DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÕES

A era global em que vivemos é marcada pela ocorrência de significativas mudanças e reformas estruturais pelo mundo, hegemônicas pela ideologia neoliberal.

Essa ideologia difere daquela em que o Estado intervinha e dominava a vida socioeconômica, com uma administração keynesiana com controle dos mercados, na qual o Estado foi decisivo para a acumulação - com medidas protecionistas - e para o desenvolvimento, com alto grau de gastos e investimentos públicos em diversos setores produtivos, nas áreas de insumos básicos, bens de capital e infra-estrutura<sup>46</sup>.

Essa nova ideologia, através dos mecanismos de mercado de regulação econômica, determina para os Estados Nacionais que resta apenas adotar políticas econômicas baseadas na estabilização de preços e do câmbio, na desregulamentação dos mercados e nas privatizações<sup>47</sup>.

A empresa pública, enquanto de propriedade do Estado, sempre teve como objetivo, além da geração de receitas para os cofres públicos, o bem-estar econômico e social, o que faziam com que essas empresas, muitas vezes, tivessem um desempenho diferente das empresas privadas que buscam sempre o lucro máximo.

As estatais se justificavam por servir aos propósitos sociais não considerados ou ignorados pelas empresas privadas, tais como deter a soberania de determinados setores para o país; garantir a oferta de produtos em setores que exista alto risco de investimento para a iniciativa privada e exija um montante de capital elevado com longo prazo de maturação; para salvar empresas privadas de falência, comprando seu capital entre outros.

As três diferenças fundamentais entre a lógica privada e a pública são:

a) enquanto o planejamento na esfera privada limita-se à seção do próprio grupo empresarial, o da empresa pública insere-se num contexto mais amplo, que é o conjunto da ação governamental; b) enquanto o planejamento privado obedece ao comando de indivíduos que não respondem a qualquer controle social, o planejamento público obedece ao comando político (governo) de quem, oriundo do voto popular, tem de dar satisfação à sociedade; c) enquanto numa empresa privada, o planejamento leva em consideração apenas e tão somente o interesse de seus proprietários, que é a busca do lucro máximo, no caso da empresa pública, o objetivo é o interesse geral do país e da sociedade. O progresso econômico e o bem-estar social são o norte dos planejadores públicos. (SOUZA, N. A. 1995, p.71).

---

<sup>46</sup> Esses investimentos, por envolver grande volume de capital, eram pouco rentáveis a iniciativa privada e somente o Estado foi capaz de garantir o desenvolvimento industrial em muitos países.

<sup>47</sup> A privatização, conforme a literatura econômica, significa a aquisição ou incorporação de uma companhia ou empresa pública por uma empresa privada.

Saliento que, essas diferenças se acentuam à medida que a receita gerada pela empresa pública retorna para o conjunto da sociedade na forma de bem-estar econômico e social, enquanto que, na empresa privada, esses excedentes, cada vez mais, provêm e se destinam à especulação financeira e não à sua produção ou à sua atividade empresarial empreendedora.

Por via de regra, a privatização acontece quando a empresa pública passa a interessar à iniciativa privada. Isso ocorre quando a empresa estatal passa a apresentar lucros a curto ou médio prazo, após a maturação do investimento feito pelo Estado e ocorre também após o Estado absorver e sanear uma empresa falida.

Dependendo do processo em que ela ocorre, a privatização se torna uma oportunidade valiosa para o setor empresarial privado investir seus excedentes e obter uma valorização extraordinária de seu capital ao pagar as empresas públicas, com preços baixos, com moedas podres<sup>48</sup>, além de juros baixos e com longo prazo.

Isso ocorreu nos países em desenvolvimento nos primeiros anos da década de noventa. Novas oportunidades de investimentos lucrativos nesses países foram, em grande medida, a saída ao agravamento da recessão na maioria dos países desenvolvidos.

A privatização poderá levar a dois caminhos em termos econômicos. Um é a passagem da propriedade para uma empresa privada. Nesse caso, há uma mudança na gerência, na tomada de decisões e na orientação em direção à busca maior pelo lucro. O outro caminho resultará na possibilidade de entrada no mercado de empresas concorrentes privadas.

Se não houver uma efetiva competição, a privatização resultará em prejuízos para a sociedade, pois, além dos objetivos de impactos sociais serem retirados, os preços serão estabelecidos de forma monopolizada e a inovação tecnológica será retardada.

As privatizações resultam, por um lado, da necessidade de um governo diminuir o seu déficit público, reduzir sua dívida interna e financiar suas contas - o que reflete a crise do Estado - e, por outro, para ceder a pressões de instituições financeiras internacionais (como FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio) e de grupos políticos e empresariais envolvidos com a sustentação de seu projeto político.

As pressões são muitas e de toda ordem, tanto internas como externas, para que haja a reestruturação do Estado e, conseqüentemente, a criação do Estado mínimo, construindo

---

<sup>48</sup> As moedas podres são os títulos que são vendidos no mercado financeiro internacional a um preço bem inferior ao que trazem impressos, ou seja, no seu valor de face. Esses títulos são vendidos com descontos que chegam a mais de 50%. Em várias privatizações, como nas estatais brasileiras, estes mesmos papéis foram aceitos pelo seu valor de face, valor bem superior aos comprados.

mercados emergentes, dissolvendo os projetos de capitalismo ou socialismo nacional, substituindo-os por projetos do capitalismo transnacional.

Essas pressões se dão, muitas vezes, pela subordinação do Estado aos interesses dos grupos dominantes, resultantes das relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade e agravadas nas crises econômicas. Também a capacidade de reação dos governantes é influenciada pelo contexto institucional no qual o Estado se encontra.

Destaco que, a autonomia do Estado em exercer efetivamente sua autoridade política, realizando políticas públicas e impondo, se necessário, perdas aos grupos mais poderosos foi enfraquecida desde o momento em que o Estado passou a intervir ou administrar a economia com revolução keynesiana, tornando-se mais vulnerável às pressões dos grupos privados.

Em muitos países, essa subordinação fez com que seus governos não investissem nas empresas públicas que eram concorrentes de grandes monopólios e oligopólios privados<sup>49</sup>, levando a um sucateamento das estatais que foram rotuladas como ineficientes.

A nova ordem é desestatizar o Estado, desregular a economia nacional, abrirem-se os mercados e privatizar as empresas estatais, empresas geradoras de receitas e estratégicas ao desenvolvimento econômico e à segurança nacional. Ou seja, terminar com empresas estatais e fortalecer o setor privado da economia - através de governos que atuam orientados pela ortodoxia de mercado.

O maior economista burguês do século passado, John Maynard Keynes, e não um marxista, defendeu que a intervenção do Estado na economia, o gasto público e a instalação de empresas estatais são a única alternativa para compensar a deficiência estrutural da demanda efetiva em consumo e investimento.

Para KEYNES, J. M. (1996 - Os Economistas), é através do Estado e não do mercado que se poderá distribuir renda de maneira a compensar a tendência na propensão marginal a consumir ou através de investimentos públicos, compensar a redução do investimento privado decorrente da queda da eficiência marginal do capital.

A tendência desnacionalizante não se aplicou aos países desenvolvidos que ainda apresentam um elevado percentual do PIB com a presença do Estado e não privatizaram suas

---

<sup>49</sup> No caso do petróleo, por exemplo, enquanto no Brasil, apenas 13% do preço final médio dos seus derivados cabem ao refinador (no caso, a Petrobrás), nos EUA esses percentuais sobem para 72% (abocanhado pelas transnacionais do setor). Por outro lado o distribuidor no Brasil – área em que também participam as sucursais transnacionais – fica com 20% do preço final contra 1,8% nos EUA. No período de 24/11/93 a 26/04/94 o governo deu reajuste aos distribuidores de 602,55% contra 391,12% para o refinador, diminuindo a parcela deste de 19% para 13%, enquanto a do distribuidor aumentou de 14% para 20%. SOUZA, N. A. O Colapso do neoliberalismo, São Paulo: Global, 1995, p. 74.

estatais de energia, petróleo e telecomunicações e, segundo a ONU, quanto mais atrasado o país, menor é a inserção na economia e, conseqüentemente, a participação do Estado no PIB.

Os processos de privatizações ocorreram por diversos países do mundo de maneiras diferentes e tiveram significativa contribuição no enfraquecimento do Estado-Nação, no aumento de suas vulnerabilidades externas, na perda de sua soberania e de seu poder de ação, enquanto agente propulsor do bem-estar econômico e social.

Para GIDDENS (2000), os nacionalismos locais são fragmentados e os movimentos de globalização de três vias está afetando a posição e o poder de Estados pelo mundo todo.

Esse processo teve início na década de oitenta, na Europa Ocidental (Inglaterra e França), Japão e Estados Unidos, com a aquisição de empresas públicas com alto grau de monopolização e de utilidades públicas.

Foi uma das alternativas encontradas para a crise da economia capitalista, que se propagava desde a década de setenta, e para encontrar uma nova fonte de auferir novas taxas de retorno ao capital mundial, que já se encontrava superacumulado, sem o retorno esperado.

Outra questão que estava em jogo era a manutenção dos países ricos, já que os principais recursos naturais, como o petróleo e os metais nobres, estão no terceiro mundo.

Em matéria publicada na revista, *Cadernos do Terceiro Mundo*, nº 187, de julho de 1995, o ex-secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, afirmou em 1977: “os países industrializados não poderão viver da maneira como viveram até hoje, se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não renováveis do planeta, a um preço próximo do custo de extração e transporte. Para tanto, terão os países industrializados que montar um sistema mais requintado e eficiente de pressões e constrangimentos, que garantam a consecução de seus intentos”.

Essa mesma revista apontava os EUA, a Europa Ocidental e o Japão como os maiores queimadores de petróleo do mundo com 75%, restando apenas 25% para os demais países do planeta.

Mas o problema todo é que 90% das reservas mundiais de petróleo, estimadas em 1 trilhão de barris, estão no subsolo dos países de terceiro mundo. Fato comprovado, pois quatro dos sete integrantes do Grupo do Sete (G-7) não têm petróleo: Japão, França, Alemanha e Itália. Esses fatores se agravam pelo fato de 94% das reservas mundiais de petróleo estarem

sob controle estatal e apenas 5% pertencem as seis “irmãs” (multinacionais de petróleo): British Petroleum e a Shell na Inglaterra, e a Exxon, Texaco, Móbil e Chevron nos EUA<sup>50</sup>.

Mas esses países garantem o abastecimento se apropriando dos recursos naturais dos países subdesenvolvidos e mantendo suas estatais fortes, onde o Japão, por exemplo, apesar de não possuir petróleo e importar 99,99% dos mais de 5 mil barris diários que consome, possui duas estatais de petróleo<sup>51</sup>.

Afirmo que também teve significativa importância para o movimento de fusões e aquisições a crescente concorrência e, dentro dela, a reorientação estratégica das empresas transnacionais, para entrar, consolidar e expandir mercados, num período econômico de pequeno crescimento e num contexto de revolução tecnológica, que reestruturou e racionalizou a produção.

Com a expansão dos principais produtores da economia global - as empresas transnacionais - expandiram-se também os IED, tomando forma, principalmente nos anos 80 e 90, de fusões e privatizações no mundo globalizado, tanto nas economias desenvolvidas quanto, principalmente, nas economias em desenvolvimento.

Os IED aumentaram significativamente sua participação na formação de capital entre os anos de 1980 e 1995, superando a produção e o comércio mundial, pois apenas 25% dos IED são na produção internacional, sendo a maior parte destinada aos processos de fusões e aquisições ocorridos nos anos 90<sup>52</sup>.

O número anual de fusões e aquisições internacionais saltou de 42% do total de IED em 1992 para 59% em 1997, chegando a um valor de US\$ 236 bilhões<sup>53</sup>.

Nos EUA, a participação dos IED, orientados para compra de empresas já existentes, foi superior a 80% do fluxo total de IED durante a segunda metade da década de oitenta<sup>54</sup>.

As privatizações iniciadas com a primeira ministra Margaret Thatcher<sup>55</sup> e depois com o governo Reagan foram bem diferentes das realizadas nos países subdesenvolvidos - principalmente em países como o México, Brasil e Argentina.

---

<sup>50</sup> Cadernos do Terceiro Mundo, Estatais: Patrimônio Nacional, RJ: Terceiro Mundo, nº 187, julho/1995, p. 7.

<sup>51</sup> Ibid., p. 7.

<sup>52</sup> GONÇALVES, R. Ô abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial, RJ: Relume-Dumará (1994).

<sup>53</sup> CASTELLS, M. A sociedade em rede. Vol.1. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

<sup>54</sup> GONÇALVES, R. Ô abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial, RJ: Relume-Dumará, 1994, p. 68.

<sup>55</sup> Em 1986 o governo Thatcher privatizou o sistema de telefonia, fornecimento de gás, transportes de ônibus intermunicipais, portos, aeroportos e a British Steel. KON, A. Economia Industrial, São Paulo: Nobel, 1999, p. 185.

A primeira privatização inglesa, ao invés de representar doação de empresas estatais, a preços baixos, a poucos grupos empresariais, teve como objetivo a pulverização das ações, transformando o maior número de cidadãos ingleses em donos das ações das empresas privatizadas, criando prêmios e incentivos para qualquer cidadão adquirir ações<sup>56</sup>.

Na Itália, também com a preocupação de “democratizar”, garantir o patrimônio nacional e evitar a concentração de renda, o governo propôs – até para vencer as resistências – que o comprador de ações receberia seu dinheiro de volta se houvesse queda nas Bolsas de Valores, com juros 3% a 4% acima das taxas de juros do mercado internacional, que ele ganharia se tivesse aplicado em títulos de renda fixa.

Na França, houve uma mobilização da opinião pública com greves nos setores de transportes, nos correios, e o próprio presidente de direita, Jacques Chirac, se manifestou contrário em privatizar os serviços públicos.

Em 1998, na privatização parcial das empresas de telecomunicações francesas, segundo BIONDI, A. (1999), nada menos de 4 milhões de franceses compraram ações, graças aos atrativos do governo.

Mas os processos de privatizações implementados nos países subdesenvolvidos foram extremamente diferentes daqueles primeiros na Europa e EUA.

Ao estado de falência que foi levado o México em 1994 e agonia econômica de países como a Argentina, por exemplo, com um forte componente de subordinação em que os principais recursos naturais do país passaram a ter um controle externo, dão uma idéia da incapacidade que foi submetida ao Estado de intervir nos rumos do desenvolvimento.

A mídia mundial teve um papel importante nesse processo, pois primeiramente ocorreu nos meios de comunicação uma intensiva propaganda contra as empresas estatais, condenando-as a uma fatal ineficiência e sonogando informações importantes a respeito das mesmas e de seu processo de desnacionalização.

O problema das estatais, muitas vezes, não deriva do seu caráter público, mas sim por estarem subordinadas aos interesses privados, desfocando sua finalidade de bem-estar da sociedade.

Não existe excesso de Estado na economia, mas sim excesso de interesses privados dentro do Estado, deformando com suas finalidades de acordo com os interesses

---

<sup>56</sup> Por exemplo, quem não revendesse as ações antes de certo prazo tinha o direito de ganhar certas quantias em datas já marcadas no momento da compra, ou ainda, após três anos, os acionistas que tivessem guardado as ações podiam ganhar lotes extras dos títulos. BIONDI, A. O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado. Fena. Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 13.

privados. Não existe ineficiência do Estado, existe deformação de suas finalidades ao servir demasiado ao interesse privado. (SOUZA, N. A, 1995, p.83).

Saliento que a questão da ineficiência foi muito distorcida na formação da opinião pública, pois ineficientes podem ser ou não ambas as empresas, privadas ou públicas, na busca pelos seus objetivos, de lucro máximo para a empresa privada e desenvolvimento econômico e bem-estar social no caso da estatal.

O caminho para solução do problema de ineficiência das estatais, segundo SOUZA, N. A. (1995), é reforçar seu caráter público, tanto fazendo cumprir melhor suas finalidades, quanto tornando sua gestão cada vez mais democrática, ou seja, ampliando o controle social sobre elas, fazendo com que o povo participe, cada vez mais, dos negócios do Estado.

Essa lógica foi massificamente propagandeada pela mídia e, como justificativa, argumentavam que o Estado era ineficiente ou estava falido, desprovido de recursos para cumprir com suas antigas obrigações e para novos e necessários investimentos nas empresas estatais e, portanto, a saída era o Estado mínimo, a quebra dos monopólios públicos do petróleo, da energia elétrica e do subsolo, ou seja, as privatizações.

A solução, então, era desmontar a estrutura das empresas públicas que participavam como agentes dos processos de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos por longas décadas.

A privatização, em alguns países, era “pregada” pelos seus defensores como a panacéia que iria, através de investimentos, acelerar o crescimento, gerar empregos, melhorar a qualidade dos serviços, diminuir os preços através da concorrência, distribuir renda e riqueza, aliviar o Estado e resolver o problema da ineficiência.

Mas o que se tem confirmado como resultado desse processo é exatamente o oposto, ou seja, com a série de fusões e aquisições de empresas estatais por grandes corporações econômicas, o mercado tornou-se mais concentrado, agravando a má distribuição da renda e da riqueza e levando a uma suba exarcebada as tarifas públicas, as quais pressionam a inflação através dos preços administrativos.

A venda de empresas públicas rentáveis de diversos setores, além de ser nocivo ao patrimônio público, acaba deteriorando as finanças do Estado, pelo fato de este não poder contar mais com a receita gerada pelas estatais, fazendo com que diminua o montante de gastos governamentais em saúde, educação, habitação popular, saneamento, infra-estrutura.

O Estado (principalmente dos países periféricos) viu desmantelado seu patrimônio através das privatizações, inclusive naqueles setores que eram fontes geradoras de receitas e

estratégicos ao desenvolvimento econômico de cada país como os bancos, setor de energia elétrica e telecomunicações (que para muitos o seu monopólio é considerado imprescindível para a segurança nacional).

O modelo econômico neoliberal foi aplicado primeiramente no México com o presidente Salinas, resultando, em fins de 1994, na sua falência com déficit de US\$ 20,6 bilhões<sup>57</sup>, na sua desindustrialização, numa dívida externa de 68% do PIB e na perda do controle de sua principal riqueza, o petróleo (oitava reserva mundial com 46,2 bilhões de barris), que foi hipotecado como garantia de um empréstimo de US\$ 40 bilhões.

Na Argentina do presidente Menem e do ministro Domingo Cavallo, as estatais foram privatizadas (inclusive o equivalente ao Banco do Brasil e Caixa Federal), e a participação do Estado entre as mil empresas mais importantes do país caiu de 29,4%, em 1990 para 3,4% em 1993, além de o Estado assumir as dívidas internas e externas das estatais privatizadas no valor de US\$ 33,6 bilhões<sup>58</sup>.

Com as privatizações Argentinas, houve repasse de recursos de US\$ 20 bilhões por ano do setor público para o setor privado, e o resultado o mundo inteiro viu, a Argentina tornou-se um dos países mais pobres do mundo, desindustrializado, com grande parte de sua população marginalizada.

Em matéria publicada no jornal econômico argentino “Cinco Dias”,<sup>59</sup> o governo de Nestor Kirchner resolveu criar uma comissão para estudar formas de renegociar os contratos de privatizações dos serviços públicos realizados na década passada.

Dentro de uma imensa gama de variáveis sobre o processo de privatizações - como o processo de desnacionalização como um todo, que resultou no enfraquecimento de uma maneira geral nos blocos de capitais nacionais, públicos e privados - em diversos países, aprofundarei mais a respeito das privatizações brasileiras, por ser no meu entender o processo mais vergonhoso da história, superando o do Chile que era considerado o país “entreguista” da América Latina.

A privatização brasileira, no meu entender, foi um dos processos mais acelerado, radical e questionável da década passada, que fez com que o Brasil, em nome da “modernização”, retrocedesse à segunda metade do século XIX, na qual a infra-estrutura da economia do país era extremamente dependente e subordinada ao capital estrangeiro.

---

<sup>57</sup> Cadernos do Terceiro Mundo, Estatais: Patrimônio Nacional, RJ: Terceiro Mundo, nº 187, julho/1995, p. 6.

<sup>58</sup> Ibid., p. 6.

<sup>59</sup> O Estadão, Sábado, 19 de julho de 2003.

Começarei ilustrando o processo brasileiro de venda de estatais com o caso da venda das telecomunicações.

Antes de vender as empresas telefônicas, o governo investiu 21 bilhões de reais<sup>60</sup> de 1996 a 1998, sendo que 5 bilhões foram na véspera do leilão, no primeiro semestre de 1998, duplicando, assim, seus investimentos no setor, em dois anos e meio.

Esses investimentos iam à contramão da crise em que se encontrava o Brasil e fizeram com que o governo lançasse seu primeiro programa de “ajuste fiscal”, em fins de 1997, levando a violentas reduções nos gastos das áreas sociais, inclusive na saúde, educação, verbas para o Nordeste e cortes de investimentos na Petrobrás.

Com esses recursos, o governo ampliou as redes, as instalações, os cabos, toda a infraestrutura do sistema telefônico, viabilizando para as telefônicas puxarem as linhas até a casa dos consumidores e começarem a faturar para os cofres das novas empresas.

No início do processo, o então Ministro das Telecomunicações, Sérgio Mota, anunciava para toda a imprensa nacional que a privatização do Sistema TELEBRAS renderia ao país no mínimo R\$ 40 bilhões, embora as consultorias especializadas tivessem avaliado em R\$ 120 bilhões o patrimônio do mesmo, mas, no final das contas – apesar dos altos investimentos realizados e não considerando as receitas que o Sistema TELEBRAS iria gerar nos próximos anos (já que para os próximos 30 meses estavam estimados na ordem de R\$ 9 bilhões) – as teles foram vendidas por uma entrada de 8,8 bilhões de reais.<sup>61</sup>

E para que os novos donos, ao utilizarem o patrimônio formado pelo Estado no longo de décadas, saíssem lucrando alto de início, o governo, com uma imensa bondade, assumiu dívidas bilionárias das estatais, demitiu funcionários, investiu maciçamente e aumentou exageradamente as tarifas e preços antes da privatização, o que o governo chamou de “saneamento das estatais”.

Esses aumentos foram na ordem de 500% para as telefônicas e 150% para as fornecedoras de energia elétrica,<sup>62</sup> além de garantir o direito de aumentos anuais – com base na inflação e para imprevistos como maxidesvalorização da moeda - aos novos donos, ao invés de obrigar a reduzir gradualmente as tarifas como foi feito em outros países.

---

<sup>60</sup> Cadernos do terceiro mundo, Telecomunicações: poder, ganância e desinformação, Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, nº 206, março/1998.

<sup>61</sup> PINHEIRO, A. C. & FUKASAKU, K. A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública, Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

BIONDI, A. O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado. Fena. Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

<sup>62</sup> PINHEIRO, A. C. & FUKASAKU, K. A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública, Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

Desde o final dos anos 60, o governo usou as estatais para “segurar” a inflação ou beneficiar certos setores da economia, por serem considerados estratégicos para o país e era através de achatamento dos preços, não reajustando as tarifas de produtos (como o aço) e serviços das estatais, que o governo tentava reduzir as pressões inflacionárias e, com isso, provocava os prejuízos ou baixos lucros apresentados por algumas estatais, que passavam a acumular dívidas ao longo dos anos.

Essas dívidas foram “engolidas” pelo governo, assim como os empréstimos obtidos - inclusive para indenizar as demissões realizadas por ele para enxugar a máquina antes de privatizar - ao invés de serem assumidas pelos novos compradores das estatais.

Na venda da COSIPA (Companhia Siderúrgica Paulista), o governo ficou responsável por dívidas de 1,5 bilhão de reais (além de o governo paulista ter adiado o recebimento de 400 milhões de reais em ICMS atrasados) e recebeu, com a venda, apenas 300 milhões de reais. Da mesma forma, foi a venda da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) de Volta Redonda na qual o governo “engoliu” dívidas de 1 bilhão de reais.<sup>63</sup>

Outra vantagem concedida era o dinheiro em caixa com que as estatais foram vendidas, dinheiro que os “compradores” receberam de presente do governo. A Vale do Rio Doce foi entregue a Benjamin Steinbruch com 700 milhões de reais em caixa. A Telesp tinha nada menos que 1 bilhão em caixa que foram entregues à espanhola Telefônica na privatização, diminuindo a entrada que a Telefônica pagou de 2,2 bilhões de reais.<sup>64</sup>

Na venda do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), o comprador, o Banco Itaú, pagou apenas 330 milhões de reais apesar de o governo do Rio ter gasto 7 bilhões para preparar o banco para venda, além de assegurar o monopólio durante 5 anos das contas dos funcionários, recebimentos de impostos e contas em geral do Estado. Parte desse gasto foi com um empréstimo de 3,3 bilhões de reais que o governo tomou para assumir o fundo de pensão<sup>65</sup>.

Na venda do Banco do Estado da Bahia (Baneb), o governo gastou 2 bilhões para privatizar, mas foi vendido ao Bradesco por apenas 260 milhões. Desse total, após três meses foi devolvido ao Bradesco 240 milhões, efetivando a venda do Baneb por apenas 20 milhões de reais.<sup>66</sup>

---

<sup>63</sup> BIONDI, A. O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado. Fena. Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 9.

<sup>64</sup> Ibid., p. 11.

<sup>65</sup> Ibid., p. 28..

<sup>66</sup> BIONDI, A. O Brasil Privatizado II: o assalto das privatizações continua. Fena. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 52.

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi comprada por 1,05 bilhão de reais pagos em moedas podres – vendidas aos “compradores” pelo próprio BNDES, financiadas em 12 anos. Nem mesmo para comprar as moedas podres foi desembolsado dinheiro pelos novos donos. Apenas 38 milhões de reais pagos em dinheiro, segundo o próprio BNDES, praticamente nula a entrada de dinheiro nos cofres do governo.

O patrimônio das estatais Usiminas, Celma, Cosinor, Álcalis foi avaliado, primeiramente, em US\$ 5 bilhões e foram vendidas por apenas US\$ 1,583 bilhões, sendo 99,95% em moedas podres, segundo o próprio BNDES.

Mas o caso mais absurdo e vergonhoso foi o processo de doação da maior e mais fabulosa “mina de ouro” e fonte de riqueza nacional chamada PETROBRAS que, em menos de meio século, se tornou uma das maiores do mundo.

Da mesma forma, o governo e a mídia omitiram da opinião pública alguns elementos importantes desse processo e uma campanha para difamar a estatal e justificar, a qualquer custo, sua privatização foi implantada.

O então Presidente da Agência Nacional de Petróleo e genro de Fernando Henrique Cardoso – FHC, David Zylbersztajn<sup>67</sup>, afirmava que a PETROBRAS era grande demais (graças a bilhões e bilhões de reais em investimentos realizados pelos governos durante anos com o dinheiro do povo brasileiro) e precisava abrir mão de uma parte de seus negócios.

O governo alegava que o custo de exploração era alto, mas esse argumento não se sustentava, pois o custo de produção de cada barril era de 2,5 a 3 dólares, o que trazia como retorno 27 dólares de lucro ou dez vezes o custo por barril.<sup>68</sup>

Também era alegado pelo governo que a PETROBRAS produzia 1,2 milhão de barris por dia (crescendo 10% ao ano, embora os cortes no orçamento para investimento na Petrobrás) e o consumo era de 1,7 milhão e, portanto, teria pressa em aumentar a produção para não importar petróleo e com isso poupar dólares.

A PETROBRAS foi obrigada a entregar para a Agência Nacional de Petróleo as pesquisas e estudos - que mostravam onde e quanto de petróleo existia em cada local - feitos

---

<sup>67</sup> Em assembléia que predominava representantes de multinacionais do setor, este cidadão afirmou que “agora o petróleo é vosso”, o que causou indignação pelo o então presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Ricardo Maranhão. Cadernos do terceiro mundo, Telecomunicações: poder, ganância e desinformação, Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, nº 206, março/1998, p. 31.

<sup>68</sup> BIONDI, A. Revista Caros Amigos, nº 36, março 2000, p. 26.

durante anos e custaram bilhões de reais aos cofres do país, que foram leiloados por míseros 300 mil reais.<sup>69</sup>

Em momento algum, foi divulgado que a Petrobrás possuía jazidas submarinas descobertas tendo poços com capacidade de produção de 10 mil barris por dia por único poço, somente comparados ao do Irã, Kuwait e Iraque que produzem, no máximo, 8 mil barris por dia por poço, o que não se comparava aos EUA que a produção predominante era de 110 barris por dia conforme reportagem publicada na revista Caros Amigos, nº 30, de setembro de 1999.

A mesma matéria salientava que, com o barril custando, na época, 25 dólares (hoje US\$ 59,00), o faturamento de 10 mil barris de um único poço na Bacia de Campos era de 250 mil dólares por dia, ou 7,5 milhões de dólares por mês, ou ainda, 90 milhões de dólares por ano.

Como o Estado do Rio de Janeiro possuía na época 25 poços funcionando, segundo a PETROBRAS, se multiplicados por cada poço de 90 milhões de dólares, renderiam ao país 2,25 bilhões de dólares por ano, ou 4 bilhões de reais por ano convertidos na época. Se multiplicado pelo tempo de exploração, que, segundo a PETROBRAS são de 20 anos, chegaríamos à fabulosa quantia de 80 bilhões de reais que esses poços renderiam ao governo e ao país como um todo.

Alegando que o mercado mundial estaria em baixa, o governo pediu por essa fabulosa “mina de bilhões” dos brasileiros, apenas a exorbitância de 50 a 150 mil reais. Foram vendidas por 150 milhões de reais (mil vezes o valor pedido pelo governo) que a imprensa anunciou como um ótimo negócio feito pelo governo.

Outro caso vergonhoso foi o campo de Marlim que produzia, na época, 400 mil barris por dia ou 12 milhões de barris por mês a um preço de 30 dólares o barril. Isso significava um rendimento de 4,5 bilhões de dólares ou 9 bilhões de reais por ano (podendo ser duplicados segundo a Petrobrás com novos poços descobertos ainda não explorados), que poderiam tirar o país do atoleiro.

Dados fornecidos pela PETROBRAS<sup>70</sup> em 1995 revelavam que a estatal acumulara entre patrimônio industrial construído e patrimônio de jazidas um total de 240 bilhões de dólares e com a previsão de novas explorações arrecadar-se-iam 300 bilhões de dólares. E os 80 bilhões de dólares investidos pela Petrobrás no país, ao longo de 41 anos (mais do que todo

---

<sup>69</sup> BIONDI, A. O Brasil Privatizado II: o assalto das privatizações continua. Feneae. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 31.

<sup>70</sup> Cadernos do Terceiro Mundo, Estatais: Patrimônio Nacional, RJ: Terceiro Mundo, nº 187, julho/1995, p. 7.

o conjunto de multinacionais instaladas aqui em um século), proporcionaram uma economia de 200 bilhões de dólares no mesmo período ao Brasil.

Também foi descoberto e anunciado pessoalmente por FHC o mega-campo de Roncador, ao sul do litoral fluminense, que, juntamente com o campo de Marlim,<sup>71</sup> renderiam ao governo 36 bilhões de reais por ano que multiplicados pelo tempo de exploração somariam 720 bilhões de reais. Todas essas fabulosas fontes foram entregues por míseros 200 milhões de reais<sup>72</sup>.

Durante séculos, os países ricos, que dependem de petróleo importado, fizeram guerras, trucidaram povos, patrocinaram golpes de Estado, para se apropriar das jazidas dos países pobres. Hoje basta manipular governantes e a grande imprensa e oficializar o grande assalto em salões de luxo. (BIONDI, A. 2000, p.31).

Outro fato não divulgado nos meios de comunicação quando alarmavam as altas taxas de lucro geradas pelas empresas após as privatizações era a transferência dos aposentados das estatais para a folha de pagamento do governo, além de se responsabilizar pelos benefícios – nos casos dos fundos de pensão – dos funcionários existentes.

Esses são alguns exemplos do processo de privatização no Brasil que foi marcado por não ter sido levado em conta, no preço de venda, o valor patrimonial das estatais, nem os estoques que elas possuíam e o valor de suas receitas futuras, e o ágio<sup>73</sup> conseguido, tão anunciado, foi devolvido na forma de abatimento do Imposto de Renda, como no caso da Vale do Rio Doce que, em 1999, teve um lucro de 1,25 bilhão de reais e graças ao abatimento pagou apenas 0,5% sobre o lucro de Imposto de Renda, ou seja, apenas 5 milhões de reais<sup>74</sup>.

Esse processo também foi caracterizado pelo fato de o governo financiar a compra no leilão, “vendendo” as estatais em moedas podres a longo prazo e financiando, com dinheiro público, os investimentos que os compradores se comprometeram a fazer (investimentos ínfimos diante da necessidade), e, o que é mais absurdo, financiando a juros baixos a compra das empresas concorrentes dos “compradores” para que ficassem sozinhos no mercado. Dinheiro esse que o governo alegava não ter para investir nas estatais antes das privatizações o que “justificava” o processo.

---

<sup>71</sup> Nesses campos a Petrobrás já havia investido cerca de 3 bilhões de dólares. Cadernos do terceiro mundo, Telecomunicações: poder, ganância e desinformação, Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, nº 206, março/1998.

<sup>72</sup> BIONDI, A. O Brasil Privatizado II: o assalto das privatizações continua. Fenae. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 28.

<sup>73</sup> Diferença entre o preço mínimo pedido pelo governo e o preço final da venda.

<sup>74</sup> Esses abatimentos no Imposto de Renda eram incentivos dados pelo governo para as fusões e privatizações. BIONDI, A. O Brasil Privatizado II: o assalto das privatizações continua. Fenae. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 63.

Isso resultou no aumento da dívida interna e externa brasileira, ao engolir as dívidas das estatais e com as empresas compradoras, brasileiras ou transnacionais, que pegaram empréstimos no exterior para fechar o negócio. Esses empréstimos são incluídos na dívida externa, aumentando os juros que o país tem de pagar aos bancos internacionais.

Outro fator agravante com o processo de privatizações é a vulnerabilidade externa a que foi exposta a nação, com a desnacionalização do aparelho produtivo, que resultou, além da perda da capacidade de resistir a pressões externas, na grande perda de resistência a fatores econômicos desestabilizantes e choques externos.

As contas externas se deterioraram com empresas privatizadas importando os insumos consumidos (que têm forte impacto na balança comercial) e com a remessa de lucros, dividendos e pagamentos de juros ao exterior, que, muitas vezes, recorrem a esse mecanismo para se defender das crises cambiais brasileiras.

As remessas de lucros e dividendos, só no setor de serviços, durante o governo FHC aumentaram de 3,8 bilhões em 1996 para 6,5 bilhões de dólares em 1997. E a remessa de lucros somente das subsidiárias e filiais das empresas de capital estrangeiro aumentou de 2,7 bilhões para 4,7 bilhões de dólares, representando um crescimento anual de 74,5%.<sup>75</sup>

No total, a queima de moeda estrangeira que causou um rombo na balança comercial brasileira, através das maciças remessas de dólares para o exterior aos seus países de origem, passou de 770 milhões de dólares para 9,5 bilhões de dólares, de 1993 a 1998<sup>76</sup>.

Os contratos feitos com as empresas que “adquiriram” as estatais nos países subdesenvolvidos, principalmente no caso do Brasil, tiveram uma implicação direta na diminuição das reservas cambiais -através da compra de insumos importados que antes da privatização eram consumidos no país - no desmantelamento de alguns setores do parque industrial doméstico e, por fim, no aumento do desemprego.

Só no setor das telecomunicações, as importações de insumos<sup>77</sup> - consumidos no Brasil antes das privatizações - causaram um enorme rombo na balança comercial, pois de 1993 a 1998 as compras das telecomunicações no exterior aumentaram 1000%, de 280 milhões de dólares para 2,8 bilhões de dólares, além das peças e componentes para as telecomunicações

---

<sup>75</sup> GONÇALVES, R. Globalização e Desnacionalização, São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 183.

<sup>76</sup> GIAMBIAGI, F. & Moreira, M. M. A economia brasileira nos anos 90, Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

<sup>77</sup> No caso das telecomunicações, que praticamente só monta aparelhos celulares no Brasil importando de 85% a 100% dos componentes de telefonia, o governo as vésperas do leilão, desobrigou a compra de peças nacionais, além de permitir que essas empresas quando fossem investir – apesar de financiadas pelo BNDES – não convidassem sequer nenhuma empresa brasileira para disputar encomendas, como aconteceram nas primeiras “concorrências” da Telefônica, compradora da Telesp. BIONDI, A. O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado. Fena. Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 16.

classificados como produtos eletrônicos. Nessa área, o déficit causado foi de 8 bilhões de dólares.

Além de deteriorar as contas externas, as privatizações, que tinham também como pretexto atrair dólares para salvar o real, com a torra de reservas cambiais acumuladas ao longo de décadas, contribuíram para o abalo a moeda que sofreu uma maxidesvalorização em janeiro de 1999.

Quanto à tão anunciada melhoria nos serviços prestados pelas empresas privatizadas, houve muita falácia e dados não divulgados nos meios de comunicação. Ressalto como exemplo, o caso das empresas fornecedoras de energia elétrica.

No caso da Light e de outras empresas fornecedoras de energia elétrica, o contrato previu e autorizou a piora dos serviços, pois permitiu um número maior de blecautes ou apagões e também de interrupções mais prolongadas no fornecimento de energia. Isso resultou, aliada à falta de investimentos previstos e na forte redução de funcionários capacitados e experientes após a privatização<sup>78</sup>, na entrada do país na margem de um colapso energético.

Apesar da propaganda realizada de punição às empresas privatizadas que não cumprissem as metas estabelecidas em contrato, a multa fixada para as empresas de energia, que desrespeitassem os generosos limites combinados com o governo, é irrisória, apenas 0,1 % do faturamento anual segundo o BNDES.

E para as agências reguladoras criadas com as privatizações para fiscalizar os setores afins como, por exemplo, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), nada pode fazer contra os abusos ocorridos nesse período a não ser dar advertências.

Muitos pretextos foram usados para justificar as privatizações, mas nenhum viável à luz da ciência econômica cujas leis, independentemente de ideologias e “colorações partidárias”, não podem ser ignoradas.

Esses pretextos, os quais são refutáveis, no meu entendimento, não aprofundarei nesta monografia, assim como outros processos de privatizações como o das rodovias e dos bancos estatais brasileiros, tão mais escandalosos quantos os aqui já mencionados.

Outra questão relevante é a que envolve os tecnocratas, agentes federais, estaduais e até ex-ministros que se empenharam em entregar as estatais a grupos privilegiados e depois se

---

<sup>78</sup> Essas demissões de funcionários experientes – dissolvendo equipes especializadas e reduzindo a força dos sindicatos - chegaram a 42% da mão de obra existente à época das privatizações. BIONDI, A. O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado. Fena. Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 36.

transferiram para eles como denunciado em matéria publicada no Jornal do Brasil (“Os Barões das Privatizações” de 05/02/1999, p.7).<sup>79</sup>

Essa matéria também denunciava indícios de formação de quadrilha de vários agentes de governo e crimes de prevaricação do ex-diretor do Banco Central, do ex-presidente e da ex-diretora de privatizações do BNDES, que passaram para o Banco Opportunity – inclusive para representá-lo nos conselhos das estatais - favorecido com importantes fatias da Vale do Rio Doce, Light e Metropolitana (ex-Eletropaulo), além de empresas de telefonia e da Cemig.

Em matéria publicada no “Diário Popular” de 18/01/00,<sup>80</sup> o ex-ministro e partidário do então Presidente FHC, Luis Carlos Bresser Pereira, deu declarações bombásticas e afirmava que “o liberalismo econômico é muito bonito na teoria, mas, na prática, nenhum país rico está disposto a ver suas empresas e seus bancos serem desnacionalizados de forma vexatória como aconteceu com Brasil. Eles defendem seus empresários, seus trabalhadores, seus interesses. Decididamente enlouquecemos”.

E também em matéria publicada por BIONDI, A. no “Diário Popular” de 03/10/99, o autor relata o deboche e o menosprezo pela inteligência dos brasileiros pelo economista e guru do modelo neoliberal para a América Latina, John Williamson, quando diz que a liberdade para os capitais atraindo investimentos de curto prazo foi prematura e é causa da crise que o Brasil atravessa.

Em outra declaração, o referido economista, juntamente com o Presidente Clinton, disse que foram “mal entendidos”, que o ritmo poderia ser outro, as reformas mais graduais e as privatizações mais bem pensadas.

Esse processo contribuiu para a concentração de renda, poder e capital na mão de grupos estrangeiros e a pequenos grupos privados associados a estes através de empréstimos externos para a aquisição das estatais brasileiras.

Segundo BIONDI, A. (2000), o Brasil já está com o seu futuro comprometido, pois foi o maior assalto histórico que o povo brasileiro já teve, no qual foi transformado em colônia dos países ricos, obrigado a encher de dólares os cofres da corte, sujeito a retaliações e sanções se não honrar os contratos e compromissos.

Destaco que, essa desnacionalização tem efeitos diretos e variados tanto no campo político, sócio-cultural e econômico, pois, com a redução da capacidade de enfrentar os

---

<sup>79</sup> GONÇALVES, R. Globalização e Desnacionalização, São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 219.

<sup>80</sup> BIONDI, A. O Brasil Privatizado II: o assalto das privatizações continua. Fena. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 19.

problemas referentes à concentração de renda, se reduz a estabilidade institucional do país, além da transferência do processo de tomada de decisão para o exterior.

A fragilidade institucional a que é submetido o país com o processo de privatizações foi comprovada com a diminuição da capacidade de o Estado Nacional se contrapor à conduta das corporações transnacionais que assumem os monopólios estatais, quando essa conduta não contempla os interesses da sociedade em geral.

Um exemplo dessa fragilidade, entre outros, é destacado por GONÇALVES, R. (1999) que é o caso das ferrovias<sup>81</sup>, que as concessionárias responsáveis pelo controle da malha ferroviária no governo FHC não atingiram as metas de movimentação de cargas definidas nos contratos (obtidos pelo preço mínimo) de concessão.

Iniciou-se, então, um processo de barganha no aparelho do Estado, particularmente no Ministério dos Transportes, pressionado pelos grupos privados, representados pela Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, para mudar os contratos.

No entanto, alguns benefícios foram alcançados nesse processo como no setor administrativo que se modernizou com a introdução de técnicas de gerenciamento modernas, buscando melhores padrões de eficiência e também enfraquecendo o corporativismo existente.

Entendo que a melhoria da eficiência sistêmica na economia como um todo também é um aspecto favorável resultante do processo de privatizações que moderniza e aumenta a competitividade internacional do país. Isso poderá resultar num aumento na balança comercial, através do aumento das exportações.

Acredito que nem toda a privatização é nociva ao Estado, depende do processo em que ela ocorra e principalmente do tipo de empresa geradora de receita ou não, e se é estratégica ao desenvolvimento econômico.

Por isso, a questão mais relevante é a natureza do caráter público das empresas, que depende da propriedade de seu capital, do grau de subsídio ou de controle externo, do tipo de políticas desenvolvidas pela empresa – seja para alcançar objetivos sociais ou maximizar lucros – e se são estratégicas para o desenvolvimento econômico e social, pois estes se comprovados, são instrumentos poderosos para ação do Estado, tanto no cenário interno como no cenário internacional.

O que está em jogo é bem mais do que simplesmente privatizar ou não uma empresa pública qualquer, mas sim a possibilidade de o Estado desempenhar as funções estratégicas e

---

<sup>81</sup> As Ferrovias foram vendidas a prazo de nada menos que 30 anos, segundo o BNDES, com juros extremamente baixos comparados aos de mercado.

determinar livremente a sua política econômica, pois, sem a posse dessas estatais, o Estado não tem como garantir a produção e a prestação de serviços necessários ao bem-estar social.

Acentuadas com as privatizações, muitas conquistas sociais foram redefinidas, reduzidas e eliminadas, na busca pela competitividade que é a palavra de ordem do mercado, aliada a incapacidade e, muitas vezes, à indiferença do Estado em enfrentar o agravamento das questões sociais.

É essa a implicação direta da privatização de empresas que garante o desenvolvimento das economias nacionais, que são responsáveis pela produção, organização e prestação de serviços essenciais para a modernização da sociedade e para o bem-estar econômico e social.

Contrasta, como saldo de todo esse processo de desregulamentação e privatizações, um aumento das inovações tecnológicas e da produtividade, por um lado; com a quebra de milhares de empresas, com o aumento do desemprego, aumento da fome, da mortalidade, piora nos serviços e abuso nos preços por outro.

Há inúmeras demandas de políticas sociais, inclusão de milhões de pessoas à assistência à saúde, à educação, criação de novos empregos e recuperação nos níveis salariais, que não podem ficar à mercê da vontade do mercado.

Na medida em que o privatismo e o economicismo predominam mais ou menos absolutos não só na economia e nas finanças, mas também na educação, saúde, habitação, transporte, relações de trabalho e previdência, fica evidente que grande parte do que se pode denominar de sociedade civil é desafiada a sobreviver, organizar-se e conscientizar-se elaborando novos meios de lutas para influenciar ou conquistar o poder. (IANNI, O. 1999, p. 111).

Realmente, é oneroso para o Estado manter uma estrutura estatal, mas é muito mais prejudicial abrir mão de patrimônio público e, por conseqüência, abrir mão de receita, desenvolvimento e soberania sem um custo benefício extremamente justificável.

É preciso se tentar reverter o rumo que tomaram os gastos públicos, pois, ao mesmo tempo em que se reduzem os gastos sociais em nome do combate ao déficit público e da inflação, ocorre uma explosão da dívida pública, devido à sustentação e especulação financeira.

Diante da omissão da sociedade, faz-se necessário e urgente uma auditoria em vários processos de privatizações, em vários países, na tentativa da reconstrução nacional e da retomada do desenvolvimento e da industrialização tão sonhada e que esteve tão perto de vários povos latino americanos, como os brasileiros.

## CONCLUSÃO

A globalização concretizou-se em oportunidade para os mais ricos aumentarem seu patrimônio mais rápido, através da redistribuição de privilégios, riqueza, recursos e poder. Por outro lado, também foram redistribuídas, e se tornaram acentuadas, pelo mundo, muitas carências, pobreza, ausência de poder e restrições que enfraquecem as possibilidades de as categorias sociais subalternas emergirem como forças alternativas organizadas, na luta pela influência e pela conquista do poder.

Ao passo que houve um aumento das inovações tecnológicas e da produtividade, ocorreu a quebra de milhares de empresas, o aumento do desemprego, aumento da fome, da mortalidade.

No presente estudo, busquei evidenciar que os fatores de cunho econômico aliados aos avanços tecnológicos foram os maiores responsáveis pelo enfraquecimento e diminuição do Estado-Nação no atual processo de globalização.

O desequilíbrio fiscal dos Estados e, principalmente, a crise da economia capitalista, que se propagava desde os anos 70, corroboraram o avanço do capital financeiro sobre os limites do poder estatal.

Com esse enfraquecimento, vêm desaparecendo não só o sustentáculo, que legitima o Estado em sua função de agente promotor do bem-estar econômico e social, mas também os projetos de desenvolvimento nacionais, capitalistas ou socialistas, estão sendo substituídos por projetos de capitalismo transnacional.

Entendo que o Estado vem perdendo o seu poder econômico de definir sua política monetária, definir orçamento, organizar produção e comercialização e definir investimentos, mas conserva ainda alguma autonomia para regulamentar e controlar, mesmo que, relativamente, seus tutelados.

Destaco que, com o acirramento da concorrência, os livres movimentos de IED e as revoluções na área da tecnologia, as empresas transnacionais reorientaram seus movimentos estratégicos buscando uma vantagem competitiva de uma rede global de produção e distribuição.

Exercendo um controle da mídia, as empresas transnacionais distribuem as suas mensagens numa grande escala, criando necessidades de compras, disseminando e afirmando suas culturas, políticas e interesses, resultando num desenvolvimento dependente de padrões sociais e culturais inadequados aos países de terceiro mundo.

A transnacionalização da produção comprometeu a capacidade da nação captadora de conduzir, de maneira autônoma, a sua política econômica, pois as empresas transnacionais exercem forte influência política sobre os governos e, muitas vezes, determinam os gastos públicos de acordo com os seus interesses, diminuindo o poder decisório do Estado.

Para atrair transnacionais, os Estados Nacionais se submetem a que haja uma apropriação de parcela da receita da união por essas empresas, através da isenção de impostos ou obtenção de impostos menores, estagnando a economia, perdendo o poder de realmente controlar suas economias através de políticas monetárias, fiscais e creditícias, o que evidenciou a força das transnacionais na economia internacional, numa relação desigual entre as grandes corporações das grandes potências e os países periféricos.

Outro fator de significativa importância para o enfraquecimento do Estado-Nação que evidenciei nesta pesquisa é o processo de privatizações, que foi uma das alternativas encontradas para a crise das principais potências da economia capitalista para encontrar uma nova fonte de auferir novas taxas de retorno ao capital mundial superacumulado e, ao mesmo tempo, desempenhou o papel de garantir a manutenção dos países ricos, já que os principais recursos naturais, como o petróleo e os metais nobres, estão no terceiro mundo.

Esses processos foram implementados de maneira diferente nas primeiras privatizações na Europa e EUA e nos países subdesenvolvidos como Argentina, Brasil e México.

Saliento que a estrutura das empresas públicas, que participavam como agentes dos processos de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos por longas décadas, foi desmontada através das privatizações e não se conseguiu acelerar o crescimento, gerar empregos, melhorar a qualidade dos serviços, diminuir os preços através da concorrência, distribuir renda e riqueza, aliviar o Estado e resolver o problema da ineficiência.

Afirmo que o resultado desse processo foi uma maior concentração do mercado, agravando a má distribuição da renda e da riqueza e levando a uma suba exarcebada nas tarifas públicas, as quais pressionam a inflação através dos preços administrativos.

A venda de empresas públicas rentáveis de diversos setores foi nociva ao patrimônio público e acabou deteriorando as finanças do Estado, com a perda das receitas geradas pelas estatais, diminuindo o montante de gastos governamentais em saúde, educação, habitação popular, saneamento, infra-estrutura. As contas externas também se deterioraram com empresas privatizadas importando os insumos consumidos e com a remessa de lucros, dividendos e pagamentos de juros ao exterior.

Esse processo contribuiu para a concentração de renda, poder e capital na mão de grupos estrangeiros e a pequenos grupos privados, expondo o país a um alto grau de vulnerabilidade externa, com a desnacionalização do aparelho produtivo, que resultou, além da perda da capacidade de resistir a pressões externas, na grande perda de resistência a fatores econômicos desestabilizantes.

Frente às questões aqui demonstradas, concluo que:

1. É necessário o Estado recuperar sua soberania. Justifico porque existe toda uma pauta que não pode ficar à mercê da vontade do mercado composta por questões como o agravamento das crises sociais pelo mundo nos últimos anos, o problema do narcotráfico, as inúmeras demandas de políticas sociais, a inclusão de milhões de pessoas à assistência à saúde, à educação, o controle ambiental, a criação de novos empregos e a recuperação nos níveis salariais. Por isso, acredito na necessidade de uma mudança na lógica que mobiliza recursos, tecnologias, países e civilizações para servir a acumulação financeira de curto prazo por uma lógica que reestruture a economia real, reafirmando o bem-estar social e a livre cooperação entre os povos como o principal fim. A distribuição da riqueza e a satisfação das necessidades fundamentais da população como um todo têm que se efetivar como o principal objetivo das políticas socioeconômicas e não apenas a reprodução dos padrões de consumo de uma pequena parcela privilegiada da mesma;
2. Torna-se indispensável analisar pragmaticamente os IED para que estes possam contribuir para a geração de empregos, para a transferência de tecnologia sem práticas comerciais restritivas, para melhorar as contas externas do país, combinando gestão macroeconômica eficiente e o prioritário resgate social (educação de qualidade, infra-estrutura, reforma agrária, moradia) com qualificação da mão-de-obra;
3. Outra meta a buscar é um comércio internacional mais igualitário e o reaquecimento das economias nacionais, formando poupança interna para os países que têm, como credores, os grandes bancos internacionais, não necessitando recorrer ao FMI ou aos capitais especulativos de curto prazo para financiar suas contas, conseguindo, com isso, mais liberdade na construção de um projeto de nação e mais autonomia em sua ação política;

4. É preciso fortalecer a sociedade civil e seu dinamismo, para que o seu destino dependa, cada vez menos, do poder político, socializando os espaços institucionais de democracia e de decisão políticas para tornar com mais efeito as demandas sociais nas vias institucionais. Há muitas defesas à constituição de partidos mundiais mais democráticos, que defendam a racionalidade coletiva e construam uma liberdade mais igual para todos. Mas as nações devem empenhar-se na construção de um tratado global que diminua a concentração e a desigualdade, impondo algum limite ao mercado financeiro, fortalecendo o Estado-Nação. As experiências locais, regionais, nacionais devem ser globalizadas e transformadas em ações de conscientização, organização e reivindicação, e os cidadãos do mundo, as classes sociais precisam vencer o desafio de criar ou adaptar os movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos ao momento complexo que se encontram, para fazer com que o poder estatal seja mais fortemente educado, influenciado e controlado por seus agentes populares.

Finalmente, destaco que o fortalecimento das democracias passa por uma resolução dos problemas econômicos e sociais, pelo fortalecimento da nação e por uma sociedade moderna, com projetos claros, bem formulados e exequíveis, que não se percam no campo das retóricas que, muitas vezes sem efeito prático, acabam proporcionando maiores créditos às fórmulas conservadoras excludentes.

A formulação de soluções nacionais, dentro de um espectro pragmático de forças políticas e sociais internas e externas, é valiosa na medida em que, quanto mais intensa e dinâmica é a globalização com seus instrumentos, maior é a importância da intervenção do Estado Nacional garantindo, inclusive, a existência de um mercado global.

Admito que é preciso aproveitar o progresso tecnológico assim como todas as transformações positivas da globalização, conciliando-se isto com a margem de decisão de que ainda dispõe o Estado para reverter, o papel do Estado-Nação, corrigindo suas imperfeições, buscando uma maior eficácia na seleção de seus objetivos, mantendo a igualdade universal, sendo um ativo interlocutor na arena internacional de uma sociedade mais livre, mais estável e mais cidadã.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar. 1999.

BAUMANN, R. **O Brasil dos Anos 90: Uma Economia em Transição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BIONDI, A. **O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Fena. Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

BIONDI, A. **O Brasil Privatizado II: o assalto das privatizações continua**. São Paulo: Fena. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia: teoria e política econômica**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BRIE, C. **Paraísos fiscais uma parceria insólita: onde as máfias, as transnacionais e os governos se encontram**. Le Monde Diplomatique, Edição Brasileira – abril 2000 – ano 1, nº3. [www.diplo.com.br/](http://www.diplo.com.br/)

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO, **Estatais: Patrimônio Nacional**. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, nº 187, julho/1995.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO, **Telecomunicações: poder, ganância e desinformação**. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, nº 206, março/1998.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Vol.1. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Vol.2. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DORNBUSCH, R; FISCHER, S. **Macroeconomia**. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

DOWBOR, L; IANNI, O; RESENDE, P.E.A. (Orgs.) **Desafios da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

DREIFUSS, R. A. **Política, poder, estado e força: uma leitura de Weber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GIAMBIAGI, F. & MOREIRA, M. M. **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

GIDDENS, A. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, R. **Ô abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. [Os Economistas]

KON, A. **Economia Industrial**. São Paulo: Nobel, 1999.

IANNI, O. **O Estado-Nação na época da globalização**. Universidade Federal de Fluminense, Revista de Pós-graduação em Economia, Junho, 1999.  
[www.uff.br/cpgeconomia/v1n1/octavio.pdf](http://www.uff.br/cpgeconomia/v1n1/octavio.pdf)

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

LOPES, J. C; ROSSETTI, J. P. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 1998.

LOUREIRO, M. R. **Os economistas no governo: gestão econômica e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MOISES, J. A., ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.) **Dilema da consolidação da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

PINHEIRO, A. C; FUKASAKU, K. **A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. [Os Economistas]

SALVATORE, D. **Economia Internacional**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2000.

SANTOS, B. S. (Org.) **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortes, 2002.

SKLAIR, L. **Sociologia do sistema global**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SOUZA, N. A. **O Colapso do neoliberalismo**. São Paulo: Global, 1995.

XAVIER, J. A. **A industrialização subdesenvolvida – Capital, classe & estado na industrialização brasileira**. João Pessoa: UFPB / Ed. Universitária, 1995.